

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-6-2024.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Claudio Janta, Comandante Nádia, Jonas Reis, Moisés Barboza, Pedro Ruas, Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/24 (Processo nº 0372/24), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/24 (Processo nº 0384/24) e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 163 e 179/24 (Processo nºs 0309 e 0347/24, respectivamente), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 523/21 (Processo nº 1188/21), de autoria de Márcio Bins Ely; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 164 e 185/24 (Processo nºs 0310 e 0362/24, respectivamente), de autoria de Mari Pimentel, José Freitas e Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 187 e 188/24 (Processo nºs 0366 e 0367/24, respectivamente), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 191/24 (Processo nº 0382/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 206 e 207/24 (Processo nºs 0419 e 420/24, respectivamente) e os Projetos de Resolução nºs 042 e 043/24 (Processo nºs 0428 e 0429/24, respectivamente), de autoria de José Vendruscollo. Foi apregoado o Processo SEI nº 038.00063/2024-14, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia dezessete de junho do corrente, às quatorze horas, com o objetivo de participar da Audiência Pública “Aeroporto Salgado Filho: situação atual e alternativas urgentes”, na Sede da OAB/RS – Porto Alegre — RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 161.00065/2024-61 com a Justificativa de Falta de Cláudia Araújo no dia dezenove de março do corrente ano, das oito horas às dezessete horas, para acompanhamento hospitalar de Melissa Araújo no Hospital Mãe de Deus – Porto Alegre – RS. Foi apregoada retificação quanto ao período de Licença para Desempenhar Cargo Público de Engº Comassetto, cujo termo inicial é o dia doze de junho do corrente ano. Por solicitação de Adeli Sell, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ayrton dos Anjos – “Patineti”. Após, em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Fernanda Barth e Gilson Padeiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio

Conceição, Biga Pereira, Mari Pimentel, Cassiá Carpes, Karen Santos, Everton Gimenis e Jonas Reis. Na oportunidade, Mauro Pinheiro, presidindo, transmitiu convite do prefeito Sebastião Melo para solenidade de lançamento do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre, a ser realizada dia dezanove de junho do corrente, às dez horas, no auditório do TecnoPUC, em Porto Alegre – RS. Ainda, por solicitação de Gilson Padeiro, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Eduardo Rodriguez Habiaga. Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 576/23 (Processo nº 0973/23), sendo mantido o Veto Total, após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Everton Gimenis, Comandante Nádia, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Tiago Albrecht e Jessé Sangalli, e encaminhado à votação por Jonas Reis e Prof. Alex Fraga, por quinze votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0661/23), após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Mari Pimentel, Roberto Robaina e Jonas Reis. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23, por treze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi registrada a intenção de Biga Pereira em ter votado favoravelmente à Emenda 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23, por quatorze votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal determinada por Mauro Pinheiro, presidindo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento de discussão de matérias constantes na priorização da Ordem do Dia da presente sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 066/24 (Processo nº 0331/24), após ser encaminhado à votação por

Pedro Ruas, Airto Ferronato, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga, Tiago Albrecht e Jonas Reis, por vinte e dois votos SIM, três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Karen Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Adeli Sell. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 051/24 (Processo nº 0252/24), por vinte e quatro votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado Não Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Às dezoito horas e três minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Mari Pimentel e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde. Com a presença de 27 vereadores temos quórum. Passo à Diretoria Legislativa para o pregão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo representação externa da Ver.^a Mônica Leal, que representará esta Casa na Audiência Pública Aeroporto Salgado Filho: situação atual e alternativas urgentes, na sede da OAB/RS, no dia 17 de junho de 2024, às 14h.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Cláudia Araújo, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica acompanhamento hospitalar de familiar ao Hospital Mãe de Deus, no dia 19 de março de 2024, das 8h às 17h.

Apregoo retificação quanto ao período de Licença para Desempenhar Cargo Público do Ver. Engº Comassetto, cujo termo inicial passa a ser o dia 12 de junho de 2024.

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ayrton dos Anjos, grande figura do Rio Grande do Sul, mais conhecido como Patineti, talvez o maior produtor de música e de colocação de artistas na cena cultural do Rio Grande do Sul nesses últimos anos, eu diria, mais de 50 anos, porque ele morreu com 82 anos de idade. Só para lembrar, foi

quem colocou Elis Regina na cena nacional. Então, em homenagem a esse grande gaúcho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver. Fernanda Barth está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos. Vou fazer uso agora deste Grande Expediente para um tema que permeia os três Poderes e impacta diretamente a vida de milhares de gaúchos, que é a questão do assoreamento e da falta de dragagem dos nossos rios, das nossas hidrovias, dos afluentes da bacia do Guaíba, enfim. Meus colegas, eu entendo que esse tema é um tema que envolve os três Legislativos – o municipal, o estadual e o federal –, uma montanha de recursos que são necessários e a obrigatória modernização de um sistema metropolitano de enfrentamento de cheias que envolve dezenas de municípios, mas que, na prática, foi feita em pouco mais de quatro a cinco municípios, e todos os outros municípios estão até hoje em fase licitatória de seus diques e de seus equipamentos anti cheia. E tudo isso impacta aqui em Porto Alegre, Eldorado, Canoas, São Leopoldo, que são os municípios mais próximos do Guaíba, que funciona como uma grande bacia para onde toda essa água vai. Não é preciso ir muito longe, a gente verifica que a chuva que caiu nos últimos três dias foi infinitamente inferior à chuva que caiu no início de maio, e, mesmo assim, derrubou estradas, levou pontes, destruiu novamente cidades, São Vendelino, Três Coroas – com a alta do Paranhana –, Caxias do Sul está parcialmente ilhada por um lado. E para isso precisou chover apenas pouco mais de cem milímetros. Lembrando que no início de maio nós tivemos cerca de mil milímetros em toda a região da Serra. Em agosto do ano passado nós tivemos uma previazinha do que estava por vir, quando, numa chuva torrencial, o Município de Maquiné e o Município de Caraá foram destruídos por uma grande enchente. Bom, quem conhece sabe que esses rios que permeiam esses municípios estão há anos assoreados, com fundo de pedregulho no caso desses dois, onde um dia houve canais navegáveis, hoje não mais, e onde o poder municipal quase nada pode fazer em relação a isso, visto que não tem recursos. Em agosto. Em setembro nós tivemos a destruição de Roca Sales, de Muçum, de uma parte gigante da Serra, tivemos ali rachaduras terríveis em Gramado, Canela, o início da rachadura em São Francisco de Paula, tivemos a água em Porto Alegre lambendo os muros do Cais Mauá, mas nada disso parece ter sido suficientemente grave para sensibilizar o governo do Estado em relação à absoluta necessidade de manter o rio e o complexo do Guaíba saudáveis. E o que é um complexo hídrico saudável? É aquele

que se mantém desassoreado e dragado de forma rotineira. Nós não estamos aqui falando, nem chegamos ao assunto sobre a proibição de mineração com a ação dos Amigos do Lami, de 2012, 2013. Não estamos aqui falando do decreto do Rigotto, que transforma em área de preservação, lá em 2005. Nós estamos falando de um sistema estadual sério e responsável que mantenha esse sistema hídrico saudável, dragado e desassoreado. Isso é importante para o meio ambiente; isso é importante para a sociedade e para as milhares de vidas que são afetadas caso isso não ocorra; isso é importante para a economia do Estado inteiro. Mas aí a gente escuta um discurso único e exclusivamente ambientalista ideológico. Não é o ambientalista técnico, é o ambientalista ideológico, que coloca as empresas que mineram areia como as grandes vilãs de toda essa história e faz com que, por causa desse assunto, nós tenhamos um Guaíba e seus afluentes há 20 anos sem a manutenção devida de desassoreamento e dragagem. Em defesa do caramujinho do fundo da água, hoje nós temos dezenas de espécies de peixes que já não habitam o lago rio Guaíba. É só conversar com os pescadores da área Z5; é só conversar com os pescadores da região ribeirinha da Vila Assunção que muito tempo atrás viviam de pesca e perguntar para eles se encontram hoje peixes no Guaíba. Eles vão dizer que não, mas não é porque o rio está poluído; é porque o rio é tão raso que determinadas espécies já não vêm para cá. Isso é impacto ambiental, e você não ouvirá uma palavra disso sendo dita nem pela Fepam, nem pela Sema, nem pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, muito menos pelo governo do Estado, que criou, há seis anos, uma secretaria de portos e hidrovias cuja função era desenvolver as hidrovias do Estado do Rio Grande do Sul, que tem um dos maiores potenciais hídricos e hidroviários do Brasil e que tem dois lados essa moeda. Um lado, que é o positivo, que você pode desenvolver as hidrovias e isso faz com que você cresça a questão de transporte náutico, hidroviário de cargas, de passageiros, que você tenha turismo náutico, que você desenvolva, gere empregos e renda, criando um sistema hídrico que funcione. Ou você tem, pelo outro lado, um sistema hídrico entupido como uma calha cheia de folhas que transborda com qualquer chuva, como um copo que antes tinha água e hoje transborda porque está cheio de areia e que vai afogar o Estado do Rio Grande do Sul. Ou você tem o lado positivo, ou você tem o lado negativo. Parece que o poder público escolheu, por omissão e negligência, afogar o Rio Grande do Sul. Há centenas de empregos, de empresas, de vidas, de sonhos, de casas destruídas. Roca Sales, duas vezes destruída em menos de um ano; Muçum, duas vezes destruída em menos de um ano; Estrela, duas vezes destruída em menos de um ano. Porto Alegre, que teve lá atrás um aperitivo dobrado, agora com tremendo impacto, cujo sistema de contenção de cheias é apenas 1/10 do sistema completo que deveria estar operante na região, não só metropolitana, mas lá na Serra em diante. Que muitos daqui não sabem, mas o nosso sistema de contenção de cheias começa na Serra e termina na região Metropolitana, e nunca foi acabado. É um sistema caquético, ultrapassado, cujos motores das casas de bombas nunca foram preparados para o nível de água que nós tivemos, onde os monitores elétricos das casas de bombas são afogados pela água. Nós precisamos de bilhões de reais, e isso é uma ação conjunta: Município, Estado, União. Nós precisamos de muito investimento, e esse investimento tem que ser feito urgentemente e com responsabilidade.

Esses laudos que eu tenho aqui na minha mão, uma nota técnica da UFRGS assinada pela parte ideológica dos ambientalistas, porque a parte técnica dos ambientalistas... E tem muita gente da UFRGS, bato palmas, se manifestando nas redes sociais, dizendo com clareza que o assoreamento dos rios e do Guaíba tem 80% da responsabilidade, em média, do que nós enfrentamos em Porto Alegre, em Canoas e em São Leopoldo. Aí nós temos uma nota da Portos RS – Secretaria de Portos e Hidrovias – lavando as mãos, jogando a responsabilidade sobre laudos da Fepam que nunca ficam prontos. Nós temos um outro estudo da UFRGS que comprova o que a nota técnica diz que não. Ou seja, querem ideologizar, politizar uma pauta que tem que ser técnica. Eu tenho todos os documentos aqui, meus amigos. A Frente Parlamentar da Orla do Guaíba, que eu presido, fez centenas de conversas e dezenas de reuniões durante os meses que se passaram. Nós falamos com todos os setores envolvidos. O único que não aparece nas reuniões é a Fepam. E eu cobro por quê, tem medo de quê? Nós não queremos culpabilizar ninguém. Nós queremos construir uma saída responsável para um problema estrutural de omissão e negligência, que não é de um governo, que vem permeando o Estado do Rio Grande do Sul governo após governo, e que desemboca na bacia do Guaíba, causando aí todo o estrago que nós vimos.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Fernanda, o governo do Estado detém um estudo chamado Hidrovia do Mercosul. Talvez fosse interessante um debate, trazer o engenheiro responsável para conversar, porque é um estudo técnico, eminentemente técnico, dá condições de Estrela entrar lá pela Argentina, passando pelas duas lagoas aqui. Eu acho que é um grande debate. Se eu estou bem lembrado do estudo, trata também da questão da fundura, do assoreamento, da necessidade de um determinado calado. Obrigado.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Muito obrigada, Ver. Adeli., o senhor tem toda razão.

Nós ficamos muito felizes de saber que o Ver. Moisés Barboza, do PSDB, vai entrar com um trabalho paralelo em relação a isso, vai fazer uma frente parlamentar exclusivamente sobre a questão das hidrovias. E nós depositamos grande expectativa nessa frente parlamentar do Ver. Moisés, porque, como ele é do PSDB, que é o mesmo partido do governador Eduardo Leite, talvez ele tenha a condição e a influência que eu não alcancei para trazer para dentro desta Casa de debate os técnicos do governo do Estado, que não vêm quando a gente chama. Talvez vindo a pedido, a convite do Ver. Moisés, eles venham. Eu realmente coloco a minha esperança e a minha expectativa em cima disso. Antes de eu vir para cá hoje, tive longa conversa com o deputado, que também não é do meu partido, é do partido Republicanos – Ver. Alvoni que estava aqui –, o deputado Capitão Martim, de cujo trabalho tenho grande orgulho, tem um conhecimento muito grande da questão da Marinha. Ele tem a Frente Parlamentar das Hidrovias na Assembleia Legislativa e tem um trabalho que vem se desenvolvendo em conjunto nos debates que nós temos organizado, e nós já teremos uma agenda conjunta

no mês de julho, dentro da Assembleia Legislativa. E ainda tivemos, hoje de manhã, uma conversa muito profícua com o deputado de outro partido, que é do PP, o deputado Guilherme Pasin, que protocolou um projeto de lei estadual muito meritório – que é um projeto que eu gostaria de ter tido a honra de fazer, mas não pude porque sou uma vereadora; ele é um deputado estadual – que permite a parceirização da dragagem do canal e dos rios que assoreiam a bacia do Guaíba. Nós estamos torcendo, Presidente Mari, que esse projeto de lei do Pasin possa ser rapidamente apreciado pela Assembleia Legislativa e aprovado na Casa Legislativa, porque quando o governo do Estado diz "não tenho recurso" para fazer aquilo que de fato é sua corresponsabilidade de fazer junto com recursos do governo federal, nós temos aí um alento que pode trazer recursos privados para algo que pode ser muito útil para o Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto, meus colegas, nós não tivermos o enfrentamento dessa questão do assoreamento dos rios e dos canais, nós não teremos resposta nem solução para as enchentes que virão daqui para frente, porque o rio é um copo cheio de areia, é uma calha entupida, e a responsabilidade é do governo do Estado e os recursos são bilionários, e nós precisamos da ajuda das três esferas para resolver esse problema. Muito obrigada.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras, a todos que nos assistem na TVCâmara e nas redes sociais, venho hoje a essa tribuna para compartilhar com todos vocês uma experiência que tive por conta do que vivemos recentemente em nosso Estado, especialmente em nossa querida Porto Alegre. Como todos sabem, uma intensa quantidade de chuva assolou o Rio Grande do Sul, resultando na maior enchente já registrada em nossa história. Porto Alegre, nossa capital, não escapou dos impactos devastadores; milhares de famílias foram afetadas, com cerca de 80 mil casas atingidas, trazendo uma onda de desespero e necessidade. No momento de crise é fundamental destacar a solidariedade e o espírito comunitário que emergiu em nossa cidade. Quando a gente fala em 80 mil residências, o Lami, toda beira da praia do Lami, Mauro, ficaram somente umas cinco casas em pé, mas com muitas avarias; o resto das casas todas foram ao chão. Tem casas lá que não têm mais condições; eu acho que o pessoal até vai acabar se mudando de lá, porque foi devastador. Como morador do Extremo-Sul e representante dessa comunidade, testemunhei e participei de ações que demonstraram o verdadeiro significado de empatia e humanidade. Nosso compromisso com o bem-estar de nossos cidadãos não conhece fronteiras geográficas. Por isso concentramos nossos esforços em ajudar aqueles que mais precisavam; abrimos as portas do ginásio da Paróquia Nossa Senhora de Belém, em Belém Novo, um espaço que normalmente serve para atividades esportivas, mas que se transformou em um refúgio seguro para centenas de famílias

desabrigadas, principalmente oriundas da Zona Norte da nossa cidade, que perderam tudo para as águas implacáveis da enchente. A solidariedade foi a força por trás de nossa resposta a essa crise. Voluntários, que são muito importantes, uniram-se para separar e distribuir doações que chegavam de todas as partes do Brasil, totalizando mais de 800 toneladas. Essa incrível demonstração de apoio foi crucial para mantermos a esperança e a determinação de ajudar aqueles que mais precisavam; e quando falo desse espaço, um espaço privado que não tinha participação de esfera pública. Nosso compromisso com o bem estar dessas famílias não se limitou apenas ao fornecimento de um abrigo, buscamos proporcionar conforto e dignidade a cada pessoa acolhida, desde a alimentação até os cuidados básicos de higiene, passando por atividades recreativas para as crianças. Procuramos oferecer um ambiente acolhedor e reconfortante para todos. Os animais de estimação dos abrigados também tiveram um acolhimento digno, tanto pela Sociedade dos Amigos de Belém Novo, representada pela Renata Peres e seus voluntários, quanto pelo Xavante, que teve à frente nossa Isis Dornelles com seus voluntários. Por diversas vezes, os tutores pegavam seus pets e passavam a tarde com eles, até mesmo dentro do ginásio, devolvendo aos cuidadores no final da tarde, o que trouxe tranquilidade e segurança para os animais. E tenho que agradecer muito ao nosso amigo e parceiro Antonio Correa, presidente da Associação Rio Grandense de Cavalos de Rédeas, que esteve junto desde o primeiro momento, com gana, ajudando – conseguiu dezenas de doações que vieram de Joinville, Pato Branco, Rio Claro, Minas Gerais e Salvador. Meu muito obrigado a ele, que se tornou um irmão, com certeza. Hoje, aos olharmos para trás, podemos sentir um profundo senso de gratidão pela oportunidade de servir à nossa comunidade em um momento tão crítico. Aprendemos, crescemos e nos tornamos uma comunidade mais unida e resiliente. Agradeço a todos os envolvidos nessa jornada de solidariedade; que possamos continuar trabalhando juntos para construir uma cidade mais justa e solidária para todos em seus ambientes. Muito obrigado, Presidente; um grande abraço a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos Srs. Vereadores, boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara. Eu poderia muito bem hoje ter ficado participando da sessão *online*, porque nós estamos limpando, diariamente, no mínimo, três casas no Sarandi. Mas eu não poderia deixar de vir hoje aqui, porque eu não sou homem de mandar recado, eu sou homem de falar pessoalmente com cada pessoa, a quem eu tenho alguma dificuldade ou discordância. E hoje, eu queria me dirigir ao meu colega, o Ver. Jonas Reis, a partir da sua postagem, do seu *card*, de uma forma covarde, de uma forma desleal, onde ele coloca que os vereadores desta Casa votaram contra os R\$ 200 mil. Essa é uma narrativa covarde, essa é uma narrativa desleal, essa é uma narrativa que não pode ser equilibrada com alguém que tem um mandato parlamentar, porque essa postagem é uma postagem que

denigre os seus pares, aqui dentro. Aqui ninguém está trabalhando contra a população, ao contrário, nós estamos trabalhando para que a população possa ser assistida. O seu *card* é um *card* covarde, o senhor beirou o mau-caratismo. E eu quero colocar já de pronto que eu vou fazer um requerimento na Comissão de Ética contra o senhor, para cassação. Por quê? Porque isso é *fake news*. O que o senhor fez é uma mentira, não é uma verdade. Ninguém pode votar por uma coisa que não estava, a gente votou por um projeto de R\$ 127 mil, que foi o que foi colocado. E outra coisa, não teria como votar por R\$ 200 mil porque nós íamos estar contemplando menos pessoas, a partir do que foi colocado nós podemos alcançar mais pessoas necessitadas. E outra coisa, triunfar, tripudiar em cima da desgraça da população, isso não condiz com um homem de caráter, um homem que luta pela população. Então, colega, Jonas Reis, eu queria que o senhor pudesse olhar para mim, eu queria que o senhor pudesse olhar para mim. Eu até então lhe respeitava, eu até então ia ao encontro do senhor, mas fazer o que o senhor fez com seus pares aqui, isso é uma covardia e isso não é justo, não é correto. Hoje, pela tecnologia, diz que isso é *fake news*, mas no meu tempo se chamava de mentira, e o senhor é um mentiroso, o senhor é um canalha, fazer o que o senhor fez com todos seus colegas aqui. Eu queria pedir que o senhor pudesse retratar, porque, falar inverdade isso não é *fake news*, é mentira, e o senhor é um mentiroso. Muito obrigado, que Deus abençoe.

Verador Jonas Reis (PT): Presidente, o seguinte, Presidente, uma... Tá, não me toca; não me toca. A questão de ordem é a seguinte: o vereador foi na tribuna e me chamou de mentiroso. Eu quero que ele comprove, que ele comprove isso, que eu sou mentiroso, ou eu vou entrar na comissão de ética dele ou ele retira as palavras, porque ele votou contra a minha emenda que era de R\$ 200 mil. Ele votou contra e decidiu votar contra. Esse é um problema dele, e se ele achou ruim a foto, ele pode me mandar uma foto melhor, aí eu boto outra foto, a foto que ele escolher, mas vai continuar no *card*.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, vereador. Está feito o registro. Pergunto se mais algum vereador se inscreve para usar o tempo de liderança? A Ver.^a Biga Pereira.

Enquanto a vereadora se dirige à tribuna, quero fazer aqui um convite que chegou até este Presidente desta Casa, do nosso prefeito Sebastião Melo, convidando todos os vereadores, os 36 vereadores, para participarem, nesta quarta-feira, dia 19, às 10 horas, no auditório do Tecnopuc, onde vai ser apresentado publicamente o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre. Então todos os vereadores estão convidados, o prefeito já mandou aqui o convite oficial para a Câmara de Vereadores: Apresentação do planejamento estratégico da Prefeitura para recuperação da cidade e da atuação do escritório de reconstrução e adaptação climática de Porto Alegre. É na quarta-feira, dia 19, às 10 horas, no Tecnopuc.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PERERA (PCdoB): Presidente Mauro, colegas vereadoras, vereadores, ao público que nos assiste nas galerias desta Casa e através da TVCâmara, quero aqui narrar a vocês o fato que aconteceu na nossa cidade no sábado, quando pessoas que estavam desalojadas, sem casa, sem abrigo, por conta das enchentes, ocuparam o prédio da antiga Fepam, prédio que está há mais de 10 anos vazio, desocupado, prédio do governo do Estado, situado ali na Av. Júlio de Castilhos próximo da Av. Mauá. Ontem, por volta do meio-dia, eu fui chamada a estar naquele espaço, visto que tinha lá cerca de 200 pessoas, muitas mulheres e crianças, e a Brigada Militar chegou lá para fazer a ação de despejo e, de uma forma violenta, largou gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta para todas aquelas pessoas, mulheres, crianças, repito. Quando eu cheguei lá, eu me dirigi ao comando e disse que estava ali não como uma pessoa física, eu estava ali como uma vereadora, procuradora da mulher desta Casa, integrante da Comissão de Direitos Humanos, e estava ali para ajudar na mediação da busca de solução para aquelas pessoas. Domingo, meio-dia de chuva, de muita chuva, a Brigada Militar colocou essas pessoas na rua debaixo de chuva. Ao tentar me aproximar, eu fui violentamente agredida, eu e a minha assessora Thais fomos agredidas. Eu estou com o braço fraturado, estou aqui com tipoia, fiz raio X, registrei a ocorrência na polícia, fiz exame de corpo de delito ainda ontem. Estou abaixo de analgésico, de anti-inflamatório, mas aquelas pessoas como estão? Ainda na rua, porque é assim que são tratadas, enquanto nós andamos nesta cidade e vimos ela tapada de Melnick, Goldsztein, Cyrela. A especulação imobiliária é tratada a pão de ló, e as pessoas que foram atingidas por essa enchente estão machucadas, agora humilhadas, tratadas como bandidas. Todas foram levadas para o Palácio da Polícia e lá identificadas uma a uma, Ver. Pedro Ruas. Cinco da tarde, aquelas pessoas estavam lá molhadas, com fome. Eu fui atrás, nós garantimos que tivesse uma marmita para aquela gente, uma quentinha para cada um. Nós fomos atrás para garantir que um ônibus pudesse chegar ali para poder abrigá-las e levá-las para algum lugar, porque nem Município nem governo do Estado se dignou a mandar um representante para atender aquelas pessoas. Tentei insistentemente com o governo do Estado. O Cel. Ikeda me responde: “Não te preocupes, eles vão fazer todo o rito normal, depois eles dispensarão essas pessoas”. Gabriel Souza não me atendeu, ninguém me atendeu. O Município, já passava das cinco da tarde, eu consegui o contato do Brasil, e o Brasil foi até lá, mas também sem solução. Pelo menos levou os ônibus para abrigar as pessoas que continuavam debaixo de chuva. É assim que o governo trata as pessoas numa situação de crise, numa situação dolorosa para essas pessoas, que estão submetidas a nós levamos quentinhas, nós montamos lavanderia para atender essas pessoas, montamos cozinhas comunitárias. Nós, movimento social, movimento sindical, estamos fazendo por essas pessoas, e o governo as trata com tamanha violência. Eu solicito, Ver. Mauro, que esta Casa questione o governo do Estado e a Brigada Militar, a Secretaria de Segurança por tal atitude, porque não fui só eu que fui agredida; julgo que esta Casa foi agredida na medida em que eu estava lá representando institucionalmente a Procuradoria da Mulher. Portanto, eu solicito, Presidente Mauro, que o senhor encaminhe essa representação ao governo do

Estado, através da secretaria pública. Muito obrigada, nós seguiremos firmes na luta ao lado do nosso povo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pois não, Ver. Gilson Padeiro.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Presidente Mauro, o Ver. Moisés Barboza, nosso líder, solicitou agora um minuto de silêncio pelo falecimento de seu irmão de criação, José Eduardo Rodriguez Habiaga, que nos deixou. Eles estão nos atos fúnebres.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Gilson Padeiro, nós já fizemos um anteriormente, quer só somar a ele ou quer que a gente faça de novo?

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Se puder fazer novamente, eu agradeço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está deferido. Convido todos os vereadores para que tomem posição.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Meus sentimentos ao Ver. Moisés e a seus familiares.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Hoje a minha fala será sobre liberdade, Ver. Cassiá. Liberdade, ato tão importante para este Parlamento e para a democracia, é algo que há um ano Porto Alegre não tem na educação. Porto Alegre viveu um escândalo na educação que estampou as capas dos jornais e continua a estampar, por uma secretária que foi presa, um lobista envolvido. E Porto Alegre não tem a liberdade de os seus parlamentares irem às escolas e conseguirem retratar a realidade para a população. É triste ver isso, vereadores, e por que eu digo isso? Estive na Comissão de Educação, nós visitamos a Escola Emílio Meyer. Antes de entrarmos na escola, Ver. Cassiá, a TVCâmara, da instituição Câmara de Vereadores, com cinco vereadores, teve que pedir autorização da Prefeitura para poder entrar dentro de uma escola. Hoje nós sabemos que vereadores não podem filmar dentro de uma escola. Se a liberdade de expressão está também na liberdade de podermos divulgar nosso trabalho, como fazemos aqui. Hoje eu estou falando aqui na tribuna, quem sabe um dia, a Prefeitura possa dizer que os vídeos que nós estamos fazendo aqui não podem ir para a população. É isso o que acontece hoje nas escolas de Porto Alegre, nós temos uma perseguição, e essa é a palavra, perseguição aos servidores públicos

municipais se estiverem recebendo vereadores e dando a eles liberdade para retratarem o que acontece dentro das escolas, dentro da sala de aula.

Deveria este governo, vereadores, de direita, que é a favor do liberalismo, que é a favor da liberdade, dar ampla liberdade para o exercício dos parlamentares dentro das escolas. Mas não é isso o que acontece. E por que eu falo isso? Porque nós estamos recebendo denúncias de professoras, diretoras trabalhando com sindicâncias dentro da SMED porque estiveram em vídeos de vereadores. Em vídeos nada políticos; em vídeos apenas recebendo e acolhendo os vereadores como parte do seu trabalho como servidores públicos, pagos com dinheiro público, independentemente do prefeito, da prefeita que virá acontecer, esses servidores públicos continuarão lá e estarão lá esses servidores públicos recebendo os vereadores, que estão no seu dever e no seu ato de fiscalizar e de dar divulgação, à população, do seu trabalho. E me parece que ferir a liberdade é uma realidade, Ver. Alex, e é uma triste realidade que nós estivemos numa mesma escola, em uma escola que antes de acontecer a CPI da Educação, estávamos lá, nós dois, com assessores, com a imprensa, dando a divulgação devida do nosso trabalho. Depois daquela situação, em maio do ano passado, já data de um ano, nós começamos a ver as capas dos jornais com excesso dos materiais, o descaso com o dinheiro público. E agora nós temos as capas de jornais com secretária presa, lobista envolvido e milhões de reais que a gente sabe que foram não investidos e sim gastos para atender à demanda de um empresário. Prezados vereadores, esse PDL que nós buscamos derrubar, esse decreto da secretária Sônia, estará vindo nos próximos dias aqui para a Câmara de Vereadores para que todos nós – uma vez que o prefeito não o fez, porque o prefeito pode derrubar esse decreto que tira a liberdade dos vereadores irem e darem publicidade dentro de uma sala de aula, dentro de uma escola, no seu trabalho de fiscalização –, vereadores, consigamos entender a importância desse ato, Ver. Márcio Bins Ely, uma vez que esse ato não vai ser só para esse ano legislativo, vai ser para o futuro e para todos outros vereadores que virão aqui, sendo nós ou outros novos. Mas a gente sempre tem que lembrar que a liberdade sempre está a um fio de ser perdida, e é muito fácil de ser perdida. E esse governo, há um ano, tirou a liberdade desses 36 vereadores reportarem o que acontece dentro da escola, tirou a liberdade da imprensa e até mesmo da TVCâmara, e esse governo hoje estampa as capas dos jornais com um escândalo de corrupção na educação. Eu espero que isso mude e mude logo, mas nós vamos precisar estar unidos, defendendo a democracia e a de liberdade, acima de qualquer partido político. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro, senhoras vereadoras, vereadores; a gente tem ouvido muitas pessoas em Porto Alegre. E a tônica da nossa reunião lá no bairro Sarandi, com o Presidente e mais de dez vereadores é de que se tudo que eles escutam na mídia, que vai ter verba do governo federal, do governo estadual e do governo municipal... Parece um paraíso para

eles. Não chegou nada ainda, e é o que eles mais cobram desta Casa. Por quê? Porque aqui nós aprovamos vários subsídios, vários auxílios – auxílio-moradia, auxílio disso, daquilo, IPTU para os empresários – e, na realidade, até agora, não aconteceu nada, gente. A demora é muito grande para quem está sofrendo no outro lado. Inclusive, eu recebi, semana passada, de um empresário o relato de que ele foi na Caixa Federal, tentou tirar R\$ 150 mil para alavancar novamente seu negócio, mas de tanta oferta da Caixa, de seguro, e isto, e aquilo, os R\$ 150 mil iam ficar em R\$ 130 mil. Ou seja, aquilo que a gente entende que, muitas vezes, poderia ser a perder de vista, fundo perdido, hoje tem que pagar o governo, tem que pagar a Caixa e automaticamente não é uma ajuda. Mas eu vou tocar nessa tônica fundamental para o ouvinte nos entender do outro lado a morosidade, a burocracia, a demora. Esta Casa tem que sancionar, demora no mínimo 15 a 20 dias; depois vai para o prefeito sancionar novamente, quase 30 dias. E depois ainda tem que ser regulamentado o projeto de lei. E aí que vem, quem sabe, um dos maiores problemas. Quem regulamenta o que foi feito por esta Casa e que o governo municipal sancionou? Eu tenho certeza absoluta que muitas leis que nós fizemos aqui, minha e de vocês, até hoje não foram regulamentadas; portanto, elas não têm valor, porque, quando chega numa secretaria, o secretário diz assim: "Ah, mas o segmento da sociedade não está gostando desse projeto de lei". Não, gente, o projeto de lei não é para um segmento só, é para toda a sociedade. Então, nós temos que ficar atentos nesta questão: a regulamentação de um projeto, com todos seus trâmites na Câmara, na Prefeitura e, depois, na regulamentação que vai para dentro de uma secretaria, que aí depende da cara do freguês, ou seja, da cara do secretário que às vezes é um incompetente e quer vetar projeto porque alguém da sua empatia, do seu grupo, do seu segmento acha que aquele projeto é prejudicial a uma determinada categoria. O projeto não deve beneficiar categoria, deve beneficiar o povo de Porto Alegre, no seu todo. Então eu faço esse alerta. Em qualquer região que nós formos – como já aconteceu no Sarandi, na semana passada – a tônica é esta: quando nós vamos receber, Conceição, o auxílio moradia? Quando vai ter abastecimento de água? Qual é o *handicap* de isenção? Até quando nós vamos deixar de pagar o IPTU? Eles querem saber isso! Portanto, eu peço aqui, mais uma vez: mais rapidez, menos burocracia nesses projetos que saem aqui da Casa; são muito morosos e ainda em ainda têm secretários que não querem fazer, não querem regulamentar o projeto que nós fizemos nesta Casa porque entendem que as suas categorias não gostam. Eles não têm que gostar, é a população que tem que gostar. Portanto, muita atenção, Presidente Mauro, creio que V. Exa. está me escutando: a morosidade entre esta Casa e do Executivo é muito grande e está prejudicando, neste momento, a população de Porto Alegre. Mais atenção! Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores. Subo a esta tribuna também para me solidarizar às famílias que foram agredidas no dia

de ontem, pela Brigada Militar, numa desocupação ilegal, num domingo, num dia de chuva, sem decisão judicial, com crianças e sem a presença do Conselho Tutelar. O governo Leite é um governo covarde, que não se colocou para pensar nenhum tipo de mediação com aquelas famílias antes de colocá-las na rua e ainda tentar criminalizar, levando todos para o Palácio da Polícia Civil, sabendo que recentemente foi aprovada uma lei na Assembleia Legislativa que criminaliza as pessoas que ocupam, não dando a elas o direito de acessar, depois, políticas sociais. Então é esse nível de truculência, de desumanidade que a gente vem enfrentando com o governo Leite, e aqui no Município com o silenciamento do governo Melo. Porque a gente tem uma lei aprovada nesta Casa que destina, prioritariamente, os imóveis vazios para a habitação das pessoas que foram atingidas pelas enchentes. E até agora não houve nenhum tipo de regulamentação, um grupo de trabalho, uma iniciativa de mapeamento desses locais para que a gente pare de passar pelo constrangimento de ter que ocupar prédios públicos, prédios públicos ociosos há décadas no Centro da cidade, que têm, sim, que estar à disposição para moradia e para regularização fundiária. As pessoas não ocupam no frio, na chuva, porque querem; as pessoas ocupam porque não tem lugar para onde voltar, as pessoas perderam tudo, perderam as suas casas e R\$ 5,1 mil do governo federal é uma migalha. Ridículo. Ninguém reconstrói sua vida com R\$ 5,1 mil e com as migalhas que foram debatidas e encaminhadas à Assembleia e nesta Casa. Então, é desumano o que está sendo colocado para essas pessoas. Nós temos que nos solidarizar também com a Ver.^a Biga, que, no exercício do seu trabalho de fiscalização, foi agredida pela Brigada Militar. É inadmissível. Nós, enquanto vereadores, não conseguimos exercer a nossa função de fiscalizar uma desocupação ilegal e truculenta, e ainda sermos agredidos junto? Vamos normalizar isso nesta Casa? Vamos banalizar o que aconteceu? Não dá pra aceitar. E, por fim, uma ocupação em homenagem à Sarah Domingues, uma estudante de arquitetura da UFRGS que foi assassinada na Ilha das Flores fazendo o seu trabalho de conclusão de curso justamente sobre as enchentes nas ilhas, e foi essa ocupação em homenagem à Sara Domingues que foi barbarizada no dia de ontem, e o silenciamento desta Casa é constrangedor, porque vocês não têm iniciativa nenhuma para esse povo da cidade. De que adianta a gente ter uma lei aprovada no Município e não há uma preocupação na execução, na fiscalização, no acompanhamento dessas violações de direitos humanos que estão acontecendo na nossa cidade, gente? É um absurdo o que aconteceu ontem. Minha solidariedade, Biga. Eu estava lá junto contigo, não podemos permitir que isso aconteça, porque senão a gente vai reagir. Ninguém aqui é saco de pancada para ficar apanhando de brigadiano. A gente tem que ter a nossa ousadia e a nossa coragem de também colocar isso. Nossos movimentos sociais, nós, vereadores, não somos saco de pancada de brigadiano. E a gente quer ter o direito de autodefesa também garantido. Então é nesses termos que eu acho que a gente tem que discutir o que aconteceu no dia de ontem. Solidariedade às famílias que ainda estão exigindo uma reunião com o governador Eduardo Leite, que prometeu uma mesa de mediação para hoje e já cancelou a agenda, esse covarde. Então, a gente precisa de uma agenda para buscar uma mediação para essas 100 famílias que ainda não têm lugar para ficar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e os que nos assistem pela TVCâmara. Eu vou insistir nesse assunto que a Ver.^a Biga e a Ver.^a Karen já citaram hoje. Em primeiro lugar, quero me solidarizar com a Ver.^a Biga, com a Thaís, com todas aquelas pessoas que foram covardemente agredidas pela Brigada Militar a mando desse covarde do nosso governador Eduardo Leite. Foram agredidas covardemente as pessoas, e, como disse a Biga, uma vereadora que estava representando a Casa, então esta Casa também foi agredida e tem que se manifestar. Primeiro, falando com as pessoas depois, porque eu soube mais tarde, eu não estava na hora com a Biga e com a Karen lá, na hora em que a Brigada chegou, eu soube mais tarde. Fui lá na frente do Palácio da Polícia às 5 horas da tarde, quando as pessoas já estavam há horas debaixo de chuva. As pessoas, além de serem agredidas, foram mandadas para fazer ocorrência no Palácio da Polícia e depois foram todas registradas como bandidos, pelo jeito, ficaram na chuva esperando uma solução. Quando eu cheguei lá, a Ver.^a Karen, a Ver.^a Biga e outros companheiros estavam tentando intermediar com o secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura, Jorge Brasil, um local para aquelas pessoas irem, porque estavam ali, tinham apanhado, estavam doloridas, estavam na chuva e precisavam de um lugar para ir, para descansar, para dormir e para comer. Chegaram a uma negociação, onde o secretário Jorge Brasil disse que todas essas pessoas poderiam ir para o CETE. E daí vieram ônibus, vans para levar essas pessoas para lá. Nesse momento, a maioria das pessoas que estavam ali acompanhando foram embora, mas eu, como tinha chegado naquele momento, como parlamentar, também resolvi ir para o CETE para ver o que iria acontecer. Que bom que eu fui, porque, infelizmente, o terror daquelas pessoas não tinha acabado. Chegando lá, primeiro, quase não me deixaram entrar dizendo que já tinha pessoas lá e que aquilo era do Estado e não iriam acolher mais pessoas. Eu disse: não, o secretário de Porto Alegre disse que vão acolher as pessoas ali. Entrando lá, algumas pessoas já tinham chegado antes com a van estavam gerando uma animosidade entre as pessoas que já estavam no CETE, os abrigados que já estavam ali há tempo, porque não tinha mais lugar para outras pessoas; com medo de perderem seus lugares para aqueles que estavam chegando, estavam criando um clima pesado lá, por quê? Porque a Prefeitura, o Jorge Brasil e outros ligaram ao governo do Estado, pediram lugar, e o governo do Estado não orientou quem estava lá do que iria acontecer. E mais, de fato, no ginásio onde as pessoas estavam abrigadas, no CETE, não cabia mais 120 pessoas. Se não cabia mais 120 pessoas, não tinha... Inclusive, os funcionários acharam que não tinha nem estrutura elétrica e física para mais 120 pessoas lá. Então, levaram as pessoas para um lugar onde elas não poderiam ficar. Estavam tentando outra solução, que ia levar horas, de abrir o colégio que tem ali. Só que o colégio estava programado, Alex, que é professor, para começar as aulas hoje. Já tinham limpo o colégio, prepararam para começar as aulas hoje e iriam ter que

abrigar 120 pessoas. Daí, os responsáveis do colégio não estavam querendo abrir o colégio. Ficou aquela tensão, se abre à força o colégio, ou não. Chega o secretário Jorge Brasil, e nós continuamos nesse debate. Ficamos um tempão ali tentando, ele tentando falar com o governo do Estado para abrir logo o colégio, pois as pessoas estavam lá desde o meio-dia, na rua, sofrendo; nós cobrando, eu cobrando ali que tinha que dar uma solução rápida, abrir o colégio para as pessoas poderem entrar, descansar, comer. A confusão foi tão grande, o pessoal do movimento da ocupação se revoltando, eles acabaram fazendo uma reunião e falando com os parceiros deles, conseguiram outro lugar para irem, a ocupação Sepé Tiaraju, na Av. Farrapos nº 285. Conseguimos fazer uma negociação com a Prefeitura, com o Jorge Brasil, para que a Prefeitura desse ônibus, vans, para levar essas pessoas ao Sepé Tiaraju e conseguisse 120 colchões, marmitas e também água para essas pessoas. Acabou sendo essa solução, mas o que eu quis dizer? A desorganização, como eu disse, o descaso do governo com as pessoas. Se eu não tivesse ido lá e cobrado isso... As pessoas chegaram no lugar que prometeram que iria ter, depois de todo o dia, e não tinha lugar para eles. Estava uma bagunça, não estava combinado entre governo do Estado e Prefeitura. Portanto, as pessoas são tratadas como lixo aqui em Porto Alegre e no Estado. Apanharam, ficaram o dia todo na chuva, passando frio e à noite não iriam ter onde ficar. No final, acabaram resolvendo ficando num lugar já do movimento. Então, essas coisas não podem se repetir. Nós queremos aqui denunciar essa postura covarde do governo Leite, agressiva contra a população que está sofrendo, e cobrar também da Casa, pois como disse a Biga, nossa Casa tem que ter uma posição disso, que não podem os representantes desta Casa e o povo de Porto Alegre serem agredidos pela Brigada Militar, numa desocupação sem mandado judicial – não tinha mandado judicial – e sem negociação. Nos outros lugares, ficam dois meses negociando, três meses, aqui não teve nenhum dia de negociação. Então, foi um absurdo e a gente está aqui querendo cobrar que isso não aconteça mais na nossa cidade. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu peço que vocês olhem atentamente para o telão, para vocês verem do que este governo municipal é capaz, tamanho o ódio deles pelo povo trabalhador, tamanho o ódio dele pelas pessoas mais vulneráveis, tamanho ódio pelo contribuinte que paga caro, paga impostos pesados para o governo, literalmente, jogar o dinheiro na lama. Luiz, por favor, coloca para nós o vídeo, para que as pessoas vejam, com seus próprios olhos, por que esse governo merecia *impeachment* e ainda merece.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu votei aqui favorável a investigar por elementos relacionados à enchente, mas aqui vocês verão do que se trata. Não é descaso.

Não é incompetência. É puro ódio. É pura incompreensão de quão difícil é a vida do cidadão. Isso aqui é na FASC, é o setor Coanut, onde ficam as cestas básicas, o alimento para os mais vulneráveis, para os abrigos, como o Abrigo Marlene, o AR78, o AR7, o AR8, que são de crianças e adolescentes, o Centro do Idoso. Todos os CRAS e CREAS recebem essas cestas básicas; demorou dois dias para a água subir no Menino Deus e eles deixaram apodrecer. No térreo da FASC, na Av. Ipiranga, demorou dois dias para a água subir, mas o Sr. Cristiano e o Sr. Prefeito não quiseram salvar as cestas básicas que hoje fazem falta na periferia. Aí o prefeito da "vaquinha", vai para as redes sociais pedir doação de dinheiro, para comprar cesta básica. Ali estão as cestas dos CRASs que as pessoas estão procurando lá no CRAS da Vila Elizabeth, que está fechado. Sabe por que não tem cesta básica? Porque esse governo irresponsável deixou apodrecer comida! Por isso o povo está morrendo de fome na capital. São milhares de cestas básicas que apodreceram, mas não se preocupe, porque está na mesa do Ministério Público, e eu não aceito nada menos do que prisão. Tem que ser presa a "cecezada" que deixou apodrecer as cestas. Mas eles não, eles saíram correndo, eles fugiram. Eles fugiram, eles sumiram, eles não estavam lá. Eles demoraram dois dias para deixar acontecer essa vergonha. Eu quero ver alguém subir aqui, da base do governo, defender isso aqui. Isso aqui é um abuso! Abuso com o povo, mas isso vai ter que ter responsabilização. Vai ter que ter. Não é possível que saiam ilesos. Não é possível que saiam ilesos diante dessa vergonha. As pessoas se desdobrando, às vezes o cidadão doa 1 kg de arroz, 1 kg de feijão, junta aqui, junta lá, faz uma cesta básica para dar aos atingidos e a FASC que deixa acontecer isso aqui? Tudo documentado em processo SEI. Isso aqui é serviço de um governo canalha, um governo bandido com o povo. Não existe outro adjetivo para isso que foi feito. Isso é crime! Isso aqui não é incompetência, isso que não é desleixo, isso aqui é crime contra a vida, crime contra a fome. Então eu quero destacar aqui também a solidariedade, Ver.^a Biga, por ter sofrido violência desproporcional, de gente despreparada. Que qualidade é essa das nossas forças de segurança? É para isso que a gente remunera? Eu pensava que a gente remunerava policial para proteger os indefesos, mas agora eles tiram mães com crianças de prédios abandonados há 10 anos, que é o caso da ocupação na Sarah Domingues.

Por fim, eu quero dizer, bota aí para nós, Luiz Afonso, para mostrar para a população. Ela viu sábado e domingo a maior tecnologia já vista na história de Porto Alegre, do prefeito Melo. Bota para nós o vídeo. Lá no conduto forçado da Av. Polônia a gente vê o primor da tecnologia mais avançada que a capital foi capaz de lançar das mãos do prefeito: sacos de areia maravilhosos, que eles chamaram de chamaram de *bags*, em inglês; aí fica diferente, *bags* de 1 tonelada, que não serviram para nada. É um deboche. É o prefeito da vaquinha e o prefeito dos sacos de areia. Vai entrar para a história! Vai entrar para a história! Nós tínhamos antes um departamento que funcionava, com servidores públicos. Isso aí envergonha os técnicos do DMAE. Imagina um engenheiro, chefe de um setor, olhando o prefeito espalhar sacos de areia por aí. O saco de areia vai conter a água, como conteve aqui, na comporta pialada, na frente do Tribunal de Contas do Estado, pialaram. A comporta não tem mais, estão os sacos de areia ali. Sugiro vocês fazerem uma foto e registrarem. Esse é o prefeito da vaquinha, que pede

dinheiro para comprar cesta básica e deixa apodrecer rancho, cesta básica na FASC, e espalha sacos de areia para o povo se sentir seguro; então, vocês já viram o recado. Para encerrar, meu Presidente, se você se sentir inseguro diante das chuvas liga para o fone 156, que o saco de areia vai chegar na sua rua.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, Mauro gostaria de fazer uma questão de esclarecimento, não sei se a presidência ou a DL pode me esclarecer. Nós, aqui na Câmara de Vereadores, votamos os projetos do governo, e um dos projetos era o auxílio, uma estadia solidária. Pelo projeto do governo, a estadia solidária tinha um valor de R\$ 1 mil - esse foi o projeto que o governo apresentou – pagos mensalmente durante um ano. Esse foi o projeto que o governo apresentou! E a Câmara votou, não sei se foi por unanimidade ou por ampla maioria, mas houve uma votação da Câmara dos Vereadores que garantiu o pagamento de R\$ 1,6 mil - os valores são aproximados, porque nós votamos em Unidade Fiscal de Referência. Eu tenho recebido a notícia de que o governo está abrindo as inscrições para o pagamento desse auxílio, no valor de R\$ 1 mil. Então, me chamou atenção porque eu, inclusive, havia tido informações contraditórias em relação a isso: ora que o governo vetaria o projeto aprovado na Câmara, mas depois, finalmente, a informação que eu tenho – depois, o diretor legislativo pode confirmar, ou o próprio Presidente – é a de que foi sancionado o projeto. Se foi sancionado o projeto, tem que cumprir o que a Câmara decidiu. Como isso, pelo que eu estou entendendo, não está ocorrendo, seria algo absolutamente inusitado que a Câmara vote o projeto, o governo sancione e, depois, na hora do pagamento, pague a menor do que a Câmara votou. Como eu sei que há interesse de todos os vereadores, imagino, nesse projeto, eu gostaria de ter um esclarecimento acerca desse tema. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o seu registro, nós vamos verificar.

(15h30min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0973/23 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 576/23, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que assegura aos professores das redes pública e privada de todos os níveis de ensino no Município de Porto Alegre a concessão de 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o valor efetivamente cobrado pelos ingressos de casas de diversão, praças esportivas e estabelecimentos similares que

promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural. (SEI 043.00093/2023-34)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela rejeição do Veto Total;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela manutenção do Veto Total;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 12-06-24 (quarta-feira).

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 576/23](#), com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, volto à tribuna para falar sobre o projeto de lei que concede, no Município de Porto Alegre, meia-entrada para professores e professoras, profissionais importantes da área da educação que trabalham na construção do que nós chamamos de futuro da nossa cidade, futuro do nosso Estado, futuro do nosso País, que são as nossas crianças e a nossa juventude. Eis que, assim como falei anteriormente, durante a tarde em que votamos e aprovamos, por unanimidade dos presentes... Não, não foi unanimidade, tivemos votos divergentes, é verdade. Mas tivemos uma grande quantidade de vereadores e vereadoras que votou favoravelmente a essa iniciativa e que perceberam à época que valorizar os profissionais da área de educação é fundamental. Nós estamos percebendo nos últimos anos uma fuga de grandes talentos, crianças jovens que têm um alto potencial para transformarem-se em professores e professoras para outras áreas, onde certamente haverá mais valorização do que a sala de aula. Carreiras como medicina, direito, engenharia atraem com muito mais facilidade os jovens hoje. Não é de se espantar. Ver. Giovani Culau, a nossa vida dentro de sala de aula é muito complicada, rotina de trabalho com estudantes que muitas vezes não querem estar ali, porque as nossas escolas atuam também como um órgão de assistência social, e nós precisamos diariamente lidar com os problemas que vêm de casa. A falta do trato dos pais e mães muitas vezes encontra o ombro de um professor ou de uma professora que atuam junto à juventude para tentar minimizar os desconfortos de sua vida. Senhoras e senhores, a nossa rotina de trabalho não se baseia entre as quatro paredes. Nós, professores e professoras, temos, dentro de

nossas rotinas, reuniões pedagógicas que nos sugam, planejamentos diários e semanais, planejamentos anuais, que são trabalho extraclasse, e que não é remunerado. Nós precisamos estar constantemente nos atualizando, comprando livros, comprando revistas, assinando jornais para que possamos estar de acordo com o que se espera do nosso trabalho, um trabalho que todo mundo diz ser extremamente importante. Mas e o que fazemos efetivamente para valorizar esta categoria, que há muito já não atrai os jovens? Levantamento feito pelo Sistema S, e conversei com o ex-secretário Zé Paulo, da SMED, que agora infelizmente não está mais encabeçando o órgão, e o último levantamento cita que no ano de 2035 a quantidade de jovens formados em cursos de licenciatura e pedagogia vai estar pau a pau com a necessidade de material humano dentro das escolas para a Educação Básica. E em 2040 o Rio Grande do Sul vai enfrentar um déficit de 10 mil profissionais da área de educação. Esse projeto de lei é uma forma singela de tentar valorizar os profissionais e auxiliá-los à qualificação que nós esperamos, mas que muitas vezes não tem a contrapartida do poder público. Por quê? Porque, nós, professores e professoras, muitas vezes não temos descontos na hora de comprar livros que serão fundamentais para que nós possamos atualizar as nossas práticas docentes. Nós, muitas vezes, não conseguimos minimamente pagar as nossas contas, custear as nossas despesas, quanto mais aproveitar espetáculos de cultura, arte, que vamos levar até as salas através do nosso testemunho e sensibilizar os estudantes de que é importante, sim, consumir cultura. Uma das provas balizadoras, que é o Exame Nacional do Ensino Médio, ano após ano, cobra dos nossos estudantes cultura, literatura. Se nós, professores e professoras, não tivermos acesso aos espetáculos, muito menos os nossos estudantes, principalmente os da periferia, terão ao menos um relato para poderem ir bem nesses processos. Portanto, peço aos vereadores e vereadoras que nós possamos somar 19 votos para derrubar o veto do prefeito Sebastião Melo e garantir, minimamente, um pouco de valorização aos profissionais da educação nesta tarde. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, vejam a que ponto nós chegamos: o desdém com a educação e com a cultura. Os estudantes têm direito a 50% de desconto. A sua condição não é pela questão financeira, sua ou das suas famílias; é porque é preciso incentivar a juventude a buscar a cultura, a sua formação. Nós, as pessoas idosas, recebemos também um desconto, porque, afinal de contas, já contribuimos com muitas e muitas coisas para a consolidação de uma Nação. Agora, o colega propõe tratar os professores como eles deveriam ser tratados no Brasil. Eu não vou falar da Finlândia, mas poderia falar da Finlândia; poderia falar da Coreia do Sul; poderia falar de outros lugares, até mesmo Uruguai, país pequeno, mas que trata os professores com decência. Aqui, é uma indecência como os professores são tratados: o salário é miserável. Vejam as bibliotecas, a maioria das bibliotecas do Estado e do Município funcionam sem uma pessoa profissional da área de biblioteconomia. A

Fernanda Melchionna, como vereadora, depois como deputada federal, propôs a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, e eu aqui estou na presidência dessa Frente Parlamentar. Nós temos lutado para recursos nas escolas. O Adote um Escritor foi uma grande batalha, não esse prefeito, o anterior queria acabar com o Adote um Escritor. Não este agora, mas o anterior queria que se pagasse uma taxa para termos a Feira do Livro numa praça pública, um bem comum do povo. Nós temos um projeto aqui também sobre a questão do vale-livro, que já existe em Canoas, em São Leopoldo, em Passo Fundo, entre outras cidades. Todos os estudantes e todos os professores recebem, para irem nas suas feiras do livro locais comprarem, adquirirem livros. Este momento dessa catástrofe em que várias livrarias e inclusive editoras perderam praticamente tudo é o grande momento de recompor as bibliotecas. Quem quiser saber mais, hoje eu recebi uma biblioteca inteira, inteiríssima para distribuir nessa recomposição. Fazendo uma separação de livros, a gente pode ter livros para o ensino médio, para o ensino fundamental e inclusive livros infantis. Diga-se passagem, Ver. Gimenis, o pessoal ligado à categoria bancária de São Paulo está enviando livros para o Rio Grande do Sul, para várias cidades, e vão enviar 500 exemplares de livros infantis e técnicos para o Pão dos Pobres. Eu já separei uma batelada de livros para o Pão dos Pobres.

O meu colega Alex propõe aqui, com esse projeto – por isso eu vou votar para rejeitar o veto – que os professores tenham acesso aos espetáculos com desconto. Nós estamos falando de cultura, nós estamos falando de lazer, nós estamos falando de educação. Nós não vamos reconstruir Porto Alegre, o Rio Grande do Sul, sem um olhar especial para a educação, para o mundo das ideias, para discutir a natureza, para discutir o planeta Terra, para discutir literatura, para que a gente possa mostrar que existem saídas para essa crise climática, para a crise da economia, para as crises em geral, mas é preciso botar as pessoas a pensar, e é exatamente nos espetáculos, nas bibliotecas, que as pessoas crescem, se formam. Por isso eu voto pela rejeição desse veto, para que nós tenhamos mais cultura, mais lazer e principalmente educação em Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para discutir PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Eu venho aqui defender também a rejeição desse veto do prefeito e defender o projeto do Ver. Alex Fraga. Porque, vendo a situação que nós nos encontramos, primeiro, que todo mundo diz que em um país pra ser desenvolvido os professores deveriam ter um salário muito maior, os professores deveriam ser muito mais valorizados. Tem uma classe que é responsável por educar as nossas crianças, educar o futuro do País. Porque, em qualquer país sério, a educação tem que ser prioridade. Se nós queremos ter um país desenvolvido, um país justo, nós temos que valorizar a educação e, para valorizar a educação, nós temos que as valorizar os educadores, os professores, as professoras; qualificar os colégios, as faculdades, nós temos que ter acesso à educação pública de qualidade, e o salário dos professores a gente já sabe que, há muito tempo, é muito ruim. Como disse o professor Alex, é difícil

incentivar, por mais que a pessoa goste da profissão, as pessoas a irem dar aula, porque além de todo o esforço que o professor Alex falou, que para dar aula não é só dar aula, tem que preparar, tem que fazer toda uma preparação, tem que estudar muito. E, ainda chega ao final do mês, a maioria dos professores não tem como pagar as suas contas por causa do salário miserável que se recebe, tanto em Porto Alegre, quanto no Estado do Rio Grande do Sul. Como ele disse também, os professores têm essa exigência de ter cultura porque como tu vais falar de cultura e tu vais incentivar os jovens a consumirem cultura, se o professor não tem cultura, não tem acesso à cultura? Portanto, esse projeto é justíssimo porque dá para uma categoria que não só tem necessidade, mas obrigação, inclusive, de consumir cultura para depois repassar para os seus alunos, uma condição melhor de consumir cultura. E outra coisa, se o prefeito fosse vetar por um argumento econômico que fosse quebrar o setor cultural, por dar esse desconto, é uma mentira. Primeiro, que os alunos, os estudantes têm a vida toda, há muito, meia-entrada, e não quebraram ninguém. E mais, a maioria dos espetáculos culturais em que a gente vai, inclusive cinema, teatro, hoje tu vais... Eu vou com a minha família, e a maioria dos cinemas estão vazios por quê? Porque as pessoas não têm dinheiro, inclusive, na minha categoria, os bancários tinham, nos governos do Lula e da Dilma, haviam conseguido vale-cultura, nós ganhávamos vale-cultura todo mês, porque tinha um abatimento no Imposto de Renda. Então os bancos votaram, no acordo coletivo, e nos deram vale-cultura. Foi um momento ótimo, mesmo os bancários, que são uma classe média, começaram a consumir mais cultura, porque tinham o vale-cultura podiam comprar o seu livro, podiam ir ao cinema, podiam ir a um espetáculo musical com aquele vale-cultura. Terminou, veio o golpe, derrubaram a Dilma, o Temer acabou com vale-cultura, e daí os bancos não quiseram dar, porque não ia ter mais o abatimento de Imposto de Renda, não quiseram mais dar, a gente perdeu. Mas isso mostra que, quando tem um incentivo, as pessoas consomem mais cultura. Portanto, esse projeto do Ver. Alex Fraga vai fazer com que um setor importantíssimo da nossa cidade, um setor que é explorado, vá consumir cultura e vá fazer com que os espetáculos culturais de Porto Alegre, tanto de música ou a venda de livros, ou os cinemas, os teatros tenham mais público, porque não é que as pessoas não gostam de cultura, as pessoas não têm acesso à cultura, infelizmente, não têm dinheiro. Se a pessoa, o professor, tem que escolher entre comer, pagar a conta ou ir ao cinema ou comprar um livro. E o livro que ele precisa, às vezes, para se aprofundar num assunto, ele acaba comendo, ele acaba pagando a conta de luz, de água. Portanto, esse projeto é muito justo, eu não vejo motivo nenhum para o veto do prefeito. Eu não só vou votar aqui para derrubar o veto, como vou pedir aqui para os senhores e senhoras vereadores desta Casa, que já votaram a favor do projeto, portanto concordam com o projeto, não aceitem esse veto, derrubem esse veto e votem junto conosco para derrubar o veto do prefeito Melo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, caros colegas vereadores, público que está aqui nos assistindo presencialmente e também pela TVCâmara, tem um livro que eu recomendo para os senhores que se chama “Podres de Mimados - As consequências do sentimentalismo tóxico”, de Theodore Dalrymple. Na verdade, o livro fala daqueles que sempre colocam nos outros a culpa que é sua. Um livro muito interessante que fala sobre aquele motorista que está com a sua carteira de habilitação vencida e que acaba parando numa *blitz*, é autuado e o seu carro é recolhido. E a culpa é de quem? Do agente de trânsito. Assim como aquele estudante, Ver.^a Cláudia, que tira a nota baixa, porque não estudou, e a culpa é do professor. Nós estamos vivendo num mundo em que a culpa sempre é do outro e não é minha, por falta de competência minha mesmo. Assim como aquele pai que não tem autoridade suficiente sobre seu filho, ele coloca a responsabilidade daquilo que ele não faz na polícia, no professor, no outro, e no outro, e no outro. Assim nós vemos aqui na Câmara de Vereadores: podres de mimados, aquele que quer tudo de graça sem saber de onde que sai. Meia-entrada para espetáculos, descontos para ingressos em casas de diversão, em cinema e entretenimento. Eu também gostaria. Gostaria não apenas, vereador-proponente, para os professores, mas gostaria para os brigadianos, para os garis. Gostaria também para aquele que faz a limpeza da minha casa. Gostaria para todas as pessoas que merecem, que trabalham e que também não têm muito dinheiro para oportunizar cultura. Mas a realidade que nós vemos, factual, a vida como ela é não consegue fazer isso porque custa dinheiro. E eu vou ser bem sincera, eu, dona de uma sala de cinema, eu não quero a Câmara de Vereadores dizendo se eu tenho que dar 50%, 30% e para quem que eu quero dar. Eu quero fazer, eu vou saber da minha necessidade e assim vou fazê-lo, se eu assim entender. Então, essa questão de, muitas vezes, a Câmara, o Parlamento municipal querer dar a ordem, mandar, definir para o particular é muito engraçada, porque eu falo que o vizinho tem que ter picanha, mas ele não tem dinheiro para comprar. E a teoria fica muito longe da prática, não é verdadeira, não é real. Por isso que eu vou dizer para os senhores que, quando nós tivemos a votação, eu votei contra. Não porque eu não gosto dos professores, como a extrema esquerda caviar adora falar. "Votou contra porque não gosta dos professores!" Não, bem pelo contrário, tenho o maior apreço, venho de uma família em que minha mãe é professora, eu sou professora e sou muito grata aos professores que me ensinaram, e por isso que eu hoje estou aqui. Mas nós temos que saber que dinheiro não cai de árvore, que, se alguém não paga a conta, o outro paga. Quando eu digo que há o desconto para o Zé, a Maria vai pagar dobrado, e esse impacto nós temos que ver. Hoje, o setor de eventos, que eu muito prezo, e que, aliás, na época da pandemia, por V. Sa. foi impedido, porque tinha que ficar em casa – Fica em casa! –, o primeiro setor que parou e o último que renasceu. Agora, eu vejo aqui V. Sa. querendo dar uma gratificação que eu vou dizer: eles não querem. A grande maioria das pessoas do setor de eventos e entretenimento não querem que esse desconto seja dado por nós, mas eles vão dar a hora que bem entenderem, ainda mais que agora, Presidente, neste momento em que todos estamos com um problema de desenvolvimento econômico, porque os empregos estão rarefeitos, porque as empresas, mais de 45 mil empresas faliram embaixo d'água aqui em Porto Alegre. Nós precisamos

reconstruir, mas a reconstrução é com dinheiro. Aliás, vou fazer aqui um apelo à base governista do desgoverno Lula: peçam para que ele aporte dinheiro no setor de eventos e possa também ajudar esse que também aqui está passando um perrengue bem grande. Porque nós vamos reconstruir em cima de verdades, não de falácias ou cobrando do vizinho. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, o Melo manda e eles obedecem. Parece que eles não têm mandato. Eles não têm mandato! Não têm! Uma pessoa concorre a vereador, pede voto em tudo que é canto, diz que vai fazer pela população, "Vou ajudar vocês", vai na porta da escola, pede para a amiga professora, para o amigo professor: "Me apoia". Aí, agora que é para mostrar aqui, projeto do Ver. Prof. Alex Fraga foi aprovado, mas chegou lá na mesa do dito cujo e lá na mesa dele não tem dinheiro. Não tem dinheiro! Mas para a Fraport, do aeroporto, tinha mais de R\$ 70 milhões. Mas para professor.... Para professor não tem dinheiro! Aí eu tenho que aguentar, nesta tarde de segunda-feira, gente que vem para a tribuna dizer: "Temos que saber de onde vem o dinheiro". É verdade. Temos que saber de onde vem o dinheiro. É, a Polícia Civil está investigando R\$ 140 milhões em compras na SMED. Lá tinha dinheiro. A Polícia Federal bateu na casinha do secretário de cultura, o Eduardo Paim, fez uma visitinha - não, fez várias - à ex-secretária Sônia Rosa. Dizem as más línguas que ela não falou nada no seu depoimento na polícia, que ela estava de boca calada. Não falou nada. Mas a Polícia Civil e a Polícia Federal estão investigando. Aí vem gente aqui dizer que temos que saber de onde vem o dinheiro. É verdade, temos que saber de onde vem o dinheiro, para onde vai e onde está o dinheiro. Com isso eu concordo. Agora, não concordo em vir aqui, com conversa barata, dizer "Ah, porque fulano é meu parente, é professor..." Veja lá, ele é, mas eu não sou, então isenção "não". Essa é a realidade. As pessoas não entendem que Porto Alegre pagava 39% acima do piso nacional do magistério e hoje paga 21% abaixo do piso nacional do magistério e não querem dar aos professores o direito de ingressar em salas de teatro, de cinema, que estão esvaziadas. Vai até aquecer, porque se botar meia-entrada vai ir mais gente assistir. Porque o governo não quer incentivar a cultura, o governo nunca investiu tão pouco em cultura: 0,34% em cultura e vocês não têm vergonha. Até esta fala nem é para os que estão aqui, porque aqui tem seis pessoas. Estou vendo seis da esquerda aqui. E o restante dos vereadores, dos 36? Só à esquerda que está aqui todas as tardes. Onde estão os vereadores? Meus queridos colegas, venham para cá para ajudar os professores. Votem a favor do magistério. E quem votar contra, por favor, não apareça na porta das escolas. Não apareça! E vou lembrar: vai ter *card*. Se não quiser votar, não tem problema, vai ter *card* e eu fico muito feliz, sabe por quê? Eu estou em mais de 40 grupos de escolas, eu vou mandar para os 40 grupos. Esse *card* vai bombar! Esse o pessoal vai receber, vai ver quem está a favor da meia-isenção, 50% de desconto, para o magistério, abraçar o magistério. Porque na

eleição todos os políticos dizem assim: “Eu estou a favor da educação.” Não é, Prof. Alex? Há quanto tempo a gente ouve isso? Mais de 20 anos dentro de escola ouvindo que todo mundo está com a educação. Chega na hora, é só a esquerda, só a esquerda que vota, que apoia, que pede reajuste. O Tarso Genro deu 76,68% de reajuste para o magistério estadual, e aí chegou...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não interessa quem pagou, foi o Estado, foi o ente federado. Como o Estado paga R\$ 30 mil de salário para certas pessoas que não têm 60 anos de idade e estão aposentadas?

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não vou falar nome, não falo nomes, não falo nomes, já falei outras vezes, nobre vereadora, todo mundo sabe. Aí R\$ 30 mil para um pode; para o professor, isenção de 50% não pode, aí não tem dinheiro. É, realmente, o Estado é pai para alguns, e aí, para outros, ele não é nada, não é nada! E tem uma legião que vai com o Melo. O Melo levanta o telefone e diz: "Ó, gente, vamos derrubar os professores hoje. Mantém o meu veto". Quero ver quem é que está com o Melo e quem é que está com o magistério.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não sou professor, mas vou dar uma aula para o Jonas. Primeiro, eu vou votar com o Ver. Alex. Aí o Ver. Jonas vem aqui... Ô, fujão, vem cá ouvir! Não, não, não, vem cá ouvir! Tu te fazes de louco de vez em quando. Podes vir ouvir, vem aprender um pouco aqui. Não, é que tu vieste aqui falar em piso de professor, tu tens que reclamar é para o Tarso Genro, que criou o piso nacional quando era ministro da educação. Veio ser governador, não pagou como governador. E pior, entrou na Justiça contra ele mesmo para não pagar. E não pagou.

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Eu não estou brigando, mas tu vens aqui com os discursos do Tiririca, e aí nós temos que ouvir isso. Então, tem que saber a história. Não, não; não faz com a cabeça, tu tens que saber a história. E tu sabes, e tu sabes. E tu sabes que o governador Tarso Genro, quando era ministro, criou o piso nacional. Não pagou, veio ser governador e foi para a Justiça contra ele mesmo. Então, não dá para vir fazer discurso fácil aqui, velho. Bom, Afonso Motta era secretário, e foi

um grande secretário. Dos prefeitos, foi um grande secretário, saiu de lá e se elegeu deputado federal. Terceiro mandato e é líder do PDT na Câmara.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, é que eu fico meio indignado quando fazem uns discursos aqui e esquecem o passado. Esquecem o passado! Essas coisas precisam vir à tona. As pessoas, os novos vereadores e vereadoras que não sabem ou que não se lembram disso precisam lembrar e precisam saber. Precisam lembrar, precisam saber. E eu entendo porque o governador Tarso Genro não pagou. Porque não tinha orçamento. Eu entendo isso, mas não pagou. Era um desejo de todos os professores o piso nacional que foi criado. Eu entendo, vou repetir, é que de certa forma, quem está mais posicionado em relação à oposição não entende muitas coisas que acontecem. Eu entendo, entendo, compreendo, compreendo e acho que o Tarso foi um ótimo governador, mas não pagou o piso. Então, não dá para V. Exa. vir aqui e acusar do piso, acusar do salário, acusar, porque fica desigual o debate. Fica desigual. Até, meu bruxo. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistência nas galerias, especialmente o pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara; tem certas coisas que a gente só vê por aqui, parafraseando aquele canal de televisão. Vemos aqui um professor que não dá aula, vemos aqui um professor que defende o Simpa e votou contra o Simpa, isso é preciso ser dito, naquela desindexação dos médicos em relação ao Simpa. O Ver. Jonas votou contra o Simpa naquela votação – é só buscar a votação que foi feita naquela feita.

Mas eu quero agradecer, Ver. Cláudio Conceição, ao líder do PT, porque ele acabou de explicar, em poucos minutos, como a cidade de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul foram quebrados pela gestão do PT. E é bom que ele faça um vídeo, porque o público dele vai ficar sabendo que o PT, sim, quebrou o Rio Grande do Sul e quebrou a cidade de Porto Alegre. O PT quebrou o Rio Grande do Sul, e Tarso Genro tinha que sair algemado do Piratini pelo crime de lesa-pátria que cometeu quando, tendo perdido para o Sartori as eleições, num canetaço absurdo, saiu dando aumento para todo mundo. E aqui vejo o nosso economista Bernardo, quando ele dá os aumentos, meu economista, sai de onde esse dinheiro? Não sai de lugar nenhum. E aí, então, tivemos praticamente quatro anos de salários atrasados por culpa do PT, por culpa de Tarso Genro. Durante a administração do PT na Secretaria de Educação tinha professora concursada que, sexta de manhã, fazia ioga e não estava dando aula! E aí veio o Marchezan, acabou com a farra, ficaram de mimimi. Esse é o Simpa! Esse é o povo que defende o Jonas; não o povo de Porto Alegre que não quer pagar privilégio para professor endinheirado. Se fosse para os

professores que ganham pouco, se fosse um recorte de extrato social, tudo bem, sentávamos e discutíamos. Talvez se o vereador Jonas abrir mão de dois assessores, o Ver. Alex, a esquerda abrir mão de assessores, eu abro também, aí tem dinheiro para pagar a meia-entrada para quem precisa, ou vocês acham que professor da PUC, da Ulbra, da UFRGS, de cursinho, precisa de meia-entrada? Não precisa! Recebe gordo salário! Então, se fosse para professores que realmente precisam, aí nós poderíamos sentar e debater, mas privilégio setorial não é com o Novo. Nós votamos contra o privilégio dos procuradores, do fundo. O Jonas e o PT votaram a favor de privilégios do baronato. Votaram contra o Simpa. Alô, Simpa, não se engane pelo pinóquio petista! Nós votamos contra privilégios, votamos contra o privilégio do fundo dos procuradores, e estamos votando contra esse privilégio setorial que vai beneficiar professores que ganham muito bem, em detrimento da empregada doméstica, que não vai ter meia-entrada, do peão de obra. Que fique isso claro, o PSOL está votando contra o peão de obra, contra a empregada doméstica. A esquerda está votando em peso contra o mais pobre em Porto Alegre, porque quer dar privilégios a um setor que em grande parte é endinheirado. Então, Ver. Jessé, a direita liberal conservadora quis que todos tivessem meia-entrada; a esquerda foi contra, porque a esquerda não defende o pobre, a esquerda defende baronatos do funcionalismo, castas; a esquerda defende o Simpa, que é casta do funcionalismo. Quem defende o pobre é a direita, a direita liberal, conservadora, o centro, esses defendem o pobre; o PSOL está votando contra a empregada doméstica, o PCdoB está votando contra o peão de obra, o PT, para votar e privilegiar o Simpa, está votando contra os mais pobres, por isso é "não" na votação, para manter o veto do prefeito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 576/23, com Veto Total.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Primeiro, eu quero parabenizar o Presidente aqui da Câmara por esse sistema, como ficou agora após essa minirreforma que acabou vindo, em função das novas chuvas, porque é muito melhor, de fato, que nós possamos somente utilizar a tribuna presencialmente. Estava confidenciando isso para ele aqui, porque traz a institucionalidade, a seriedade para o Parlamento, e ainda assim permite que eventualmente, quando a gente está fazendo alguma agenda, que é importante também, fora da Câmara, a gente escute o que está acontecendo e vote nos temas importantes da cidade. Então, parabéns, espero que a Câmara possa manter esse sistema, que é bom para todos os parlamentares e daí para cidade, porque mesmo quando eventualmente fica impedido de comparecer pode votar, que a coisa mais alta que a gente pode fazer, o melhor discurso que a gente pode dar é aquele que a gente faz quando faz uma votação de interesse da cidade. E sobre essa questão do veto, eu votei contra o projeto, expliquei as razões econômicas de por que votei contra o projeto, mas eu coloquei uma emenda, que agora o Ver. Tiago acabou de mencionar, que era a possibilidade de estender essa meia-entrada para todos os trabalhadores. E por que que isso faz sentido? Porque hoje existe uma distorção; existe na iniciativa privada o interesse de servir às

peessoas mediante uma justa remuneração. E o controle da justa remuneração vem justamente dos outros competidores que podem enxergar formas de reduzir o seu custo para aumentar o seu faturamento, sem aumentar o custo para as pessoas que compram aquele serviço, compram aquele entretenimento. E as distorções foram acontecendo ao longo dos anos, provocadas desde lá, da época que um governador do PSDB incluiu a meia-entrada, que foi a institucionalização de uma coisa que já acontecia. Vou explicar: às terças-feiras existia, em algumas casas de espetáculo e algumas casas de cinema, a meia-entrada, de maneira espontânea, através do mercado, porque a demanda tipicamente às terças-feiras é menor. Então, já que o empreendedor tinha salas com pouca lotação às terças-feiras, começaram a dar uma isenção de 50% para estudantes, para pessoas de determinados grupos, isso acabou se estendendo para 100% das pessoas terem 50% de desconto às terças-feiras nas casas de espetáculos, de maneira espontânea, voluntária. Um governador ou prefeito do PSDB de São Paulo, lá na década de 90, decidiu fazer bondade e caridade com o chapéu alheio, institucionalizou essa meia-entrada, que só era meia-entrada de fato porque naqueles dias não tinha demanda. E era melhor para o empreendedor vender o ingresso mais barato do que não vender ingresso. Daí começou, cada grupo político fazer uma sinalização de virtude com o dinheiro de outros, para beneficiar o seu grupo, o seu curral eleitoral; começou um grupo para estudantes, outro para universitários, para, eventualmente, outros grupos currais eleitorais, e foi aumentando; agora, nós vimos aqui o vereador tentando expandir isso para professores. E não tem problema nenhum querer trazer benefício de desconto para professor, só que, primeiro, tem que ficar claro que esse desconto não vai vir de graça, vai vir aumentando o preço dos demais usuários, mais ou menos como aconteceu aqui em Porto Alegre com relação à questão das isenções das passagens de ônibus. Mas, diferente do que está sendo proposto aqui agora, a cidade de Porto Alegre decidiu, já que ela fornece a meia-entrada, a meia-passagem ou a isenção de passagem para alguns usuários, ela bancar essa isenção, porque essa é a forma correta de fazer a sustentabilidade do negócio. O que acontece é que simplesmente dar meia-entrada sem apresentar uma fonte de financiamento é onerar os demais. E por que meia-entrada para todos não seria uma forma de onerar os demais? Porque seria desfazer uma injustiça hipócrita que foi trazida ao longo dos anos por essa isenção. Hoje, na prática, todos pagam a metade do dobro. E as pessoas que têm meia-entrada, na verdade, pagam um quarto do preço real, porque o empreendedor coloca o dobro do preço real hoje. A pessoa que não tem isenção paga o dobro, ponto. Essa nossa sugestão, que foi vetada pelos senhores, a meia-entrada teórica para todos, que seria trazer o preço para o número, para o valor nominal real, vocês votaram contra. Então, por coerência, já que vocês não querem trazer diminuição de custo para todos, não podemos privilegiar alguns; se for possível, no futuro, faremos outras revisões, mas não é o caso no momento. Então só para explicar por que votaremos a favor do veto, contra a ideia original, porque estamos tentando manter uma coerência ideológica.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLE nº 576/23, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que ouviu os vereadores que antecederam aqui, é importante destacar que o Partido Novo é o partido mais envelhecido que tem. É uma vergonha. Eles vêm aqui e fazem o que se fazia há 60 anos, apoiar só os poderosos, quando não havia vereadores do campo popular, quando não havia políticos que defendiam quem produz. Então eles vêm aqui, na maior tranquilidade, falar mal de sindicato. Olha, talvez esse vereador não saiba que foram os sindicatos que lutaram pela redemocratização desse Brasil, e que hoje ele tem um mandato, hoje ele pode usar essa tribuna e profanar, na verdade, ele fala impropérios contra trabalhadores, contra instituições legítimas garantidas pela Constituição. Mas o que eu vou esperar do Partido Novo? Eu não espero nada! Você, cidadão espera alguma coisa deles? Não tem como esperar, um deles estava ali, tirou uma foto metendo o pé no muro, dizendo: “Tem que derrubar esse muro, que é retrocesso”. Está aí o muro que salvou, se não tivesse o muro, tinha alagado muito mais rápido, e só alagou o centro porque a comporta estava furada, não tinha manutenção porque o senhor Sebastião Melo, prefeito, não quis fazer. E é esse o Partido Novo que vem aqui e fala mal da educação. Então se a educação vai para um lado, o Partido Novo vai para outro! E é por isso que eu vou com a educação, é por isso que eu sou professor. E aí vem outro aqui e diz assim: “Ah, se a emenda fosse para todo mundo, eu votava junto”. Mas ele se contradiz no próprio discurso, que ele diz assim: “Ah, temos que ver onde é que está o dinheiro para não onerar”. Gente, as salas de cinema, de teatro, os espaços culturais estão esvaziados; quem vai e frequenta, como eu, conhece e sabe, não se consegue lotar 50% gente, quando é uma peça conhecida! Nós queremos é colocar mais gente para aproveitar a cultura produzida na cidade. Por que o governo não bota dinheiro, 0,34 % do orçamento! São apenas R\$ 34 milhões, não chega a 1% no orçamento da cultura, porque não tem fomento público! Eles não querem cultura porque para eles um povo sem educação e sem cultura é mais maleável! Eles vão lá e dão uma cesta-básica. Eles vão lá e trocam voto, como a gente conhece. É para isso que eles querem, por isso que eles não investem na educação. A extrema direita não quer educação de qualidade. Por que que vocês acham que as escolas estão alagadas? Até agora não foi prioridade limpar as escolas, com R\$ 1 bilhão na educação que esse governo deve. Porque ele não quer que o filho do trabalhador frequente a escola. A escola Liberato, por exemplo, eu duvido que esse ano abra, pela mão desse governo não vai abrir, jovens que não vão conseguir completar o seu ano escolar. É por isso que eles são contra a educação. É por isso que eles não apoiam o magistério. Mas nós vamos apoiar e nós vão continuar lutando e nós acreditamos. O Partido dos Trabalhadores acredita nesse Parlamento, acredita que os vereadores daqui não são cabresteados pelo governo Melo, acredita que os vereadores daqui têm altivez para votar com a sua consciência cidadã e não com a consciência do governo. O governo não tem sensibilidade com o povo! Vocês viram o que aconteceu, a cidade colapsou por

causa de nove casas de bomba que não recebiam manutenção, apenas nove, por causa de R\$ 150 milhões. Agora, o governo federal está tendo que aportar bilhões para salvar Porto Alegre, bilhões de reais.

(Apartes antirregimentais.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu fico realmente triste, triste, com a ingratidão, porque tem gente gritando aqui, tem gritaria no plenário. A Ver.^a Nádia gritando de novo. Ver.^a Nádia, seja grata com o Presidente Lula que está colocando dinheiro no Rio Grande do Sul, porque o seu senador Mourão nem apareceu aqui para apoiar o povo, ficou escondido na caserna, que é o que ele sabe fazer, embaixo da cama, com medo da enchente, ao invés de estar aqui ajudando a população. Esse é o senador Mourão. Seu senador. Não é meu, porque eu não votei nele. Agora a senhora grita e fala e diz e acontece, mas eu quero ver o seu voto, se é a favor da educação ou se a senhora é a favor dos privilégios. Vai ser a favor do povo? Porque o povo passa pela escola e precisa de um magistério valorizado. Eu nunca vi a senhora subir aqui na tribuna cobrar que esse governo pague o que deve ao magistério, 27% de inflação represada, 27% a menos no salário. Porque quando foi para votar para aumentar os salários dos secretários do Melo, um monte de gente botou o dedinho ali ó, aumentar o salário da cecezada, dos secretários, estamos juntos nesse barco. Agora, para apoiar metade de isenção para o magistério, não tem? Não tem dinheiro? Desrespeito.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 576/23, com Veto Total, como autor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, volto à tribuna para fazer encaminhamento como autor do projeto de lei, mas preciso fazer algumas referências. Quando votamos o projeto anteriormente, eu manifestei, desta tribuna, que boa parte da autoria deveria ser creditada ao nosso ex-vereador da Casa, Waldir Canal, e ao seu assessor, à época, que hoje assessora o Ver. Cassiá Carpes, o Thiago, nosso amigo, que trabalharam em cima dessa proposta que foi aprovada, infelizmente vetada também em legislaturas passadas, e agora nós temos a oportunidade de derrubar o veto do prefeito Sebastião Melo e garantir 50% de desconto para professores e professoras em espetáculos culturais, artísticos. As razões pelas quais eu fiz essa proposta e acredito, realmente, que isso poderia contribuir para qualificar os profissionais da área da educação, neste momento, já foram aqui tecidas, mas eu gostaria de contrapor algumas falas desta tribuna. Primeiramente, um vereador que utilizou o período de discussão falou em professores como uma casta de privilegiados. Que tipo de privilégio existe para uma categoria profissional tão atacada hoje em dia? E, se somos realmente tão privilegiados, por que, ano após ano, diminui a procura por cursos de licenciatura e pedagogia? Isso é fato. Isso é realidade. Eu não consigo compreender como esses tais privilegiados muitas vezes ganhando um salário de R\$ 1,8 mil não conseguem

pagar água, luz, gás, gasolina dos seus veículos – ou utilizam transporte público muitos deles – e ainda não sobra dinheiro no final do mês dos colegas professores estaduais para irem a um teatro? Afinal R\$ 1,8 mil para todas as despesas e sustento das suas famílias, talvez dê para pagar um teatro de R\$ 300,00. Eu não consigo entender em que mundo vivem algumas pessoas. E, senhoras e senhores, conceder esse tipo de benefício, mais uma vez, sabemos que vivemos numa sociedade completamente injusta e que o ideal seria – como defendeu uma vereadora aqui – concedermos o benefício para toda a população, mas não podemos. Os professores e professoras são um canal de comunicação para os jovens. Somos nós que levamos informações. Somos nós que sensibilizamos crianças, adolescentes, jovens. E muitas vezes estes, óbvio, por conta da pauperização das suas famílias, não têm acesso a espetáculos, mas poderão ter a oportunidade de ouvir um professor ou uma professora comentando, fazendo uma resenha de um espetáculo e, minimamente, se apropriar de algo que fará toda diferença no seu futuro. Eu acredito que muitos de nós aqui não conseguimos ler todos os clássicos da literatura. Quem aqui conseguiu ler todos os livros de Machado de Assis, José de Alencar? Eu não. Mas felizmente tive professores e professoras que se apropriaram desses conhecimentos e utilizaram a sala de aula para me passar resumos, e eu tenho realmente uma boa noção de cultura, embora não tenha lido todos os grandes autores do Brasil. Nós, professores e professoras, somos aqueles que vamos levar informação, vamos transmitir dados, levar até os nossos estudantes o que está acontecendo na cena artística. Por sermos um canal de comunicação direta sala de aula/cena cultural com os nossos alunos, sim, é importante a meia-entrada. Se isso não acontece, nós estaremos não apenas impossibilitando uma ampliação do acesso à cultura por parte dessa categoria profissional, mas também estaremos cerceando os estudantes, aqueles que estão sob a tutela dos professores e professoras, privando-lhes acesso à informação. Agradeço, muito obrigado, e esperamos 19 votos para a derrubada desse veto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais vereadores inscritos, vamos à votação do projeto. Para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros, 19 votos. Na apreciação do veto vota-se o projeto: "sim", aprova o projeto e rejeita o veto; "não", rejeita o projeto e aceita o Veto.

Em votação o PLL nº 576/23, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**, mantido o Veto Total.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, questão de ordem para repor a verdade. Foi dito pelo líder do PT que o Novo é contra a educação. O Estado governado pelo Novo tem a maior nota média por escola no ENEM. Enquanto isso, o PT corta R\$ 4 bilhões na educação, e o governo Lula atrasa o novo Plano Nacional de Educação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Obrigado, Sr. Presidente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0661/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 011/23, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre imóveis edificados atingidos por enchentes ou alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no Município de Porto Alegre a partir da data de publicação desta Lei Complementar e inclui inc. XXXIII no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, e alterações posteriores.

(SEI 050.00045/2023-39)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Prof. Alex Fraga: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- com Emenda nº 01, do Ver. Thiago Albrecht (Líder da Bancada do NOVO)
- adiada a discussão por uma Sessão em 16-10-23;
- adiada a discussão por duas Sessões em 23-10-23;
- incluído na Ordem do Dia em 27-05-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLCL nº 011/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, na verdade eu vou explicitar o motivo pelo qual esse projeto de lei foi apresentado. O momento em que ele foi apresentado foi justamente quando nós tivemos, em Porto Alegre, a grande enchente que ocorreu em setembro de 2023. Essa enchente vitimou mais de 50 pessoas no Vale do Taquari, aqui na nossa região, atingiu sobretudo a região das Ilhas. Foi o primeiro momento em que nós tivemos uma grande enchente no ano de 2023. A região das Ilhas, diga-se de passagem, e também Porto Alegre como um todo, logo, em novembro do mesmo ano, teve uma enchente ainda maior. Foi o momento em que os técnicos do DMAE avisaram o prefeito Sebastião Melo dos riscos que o sistema de defesa

da cidade de Porto Alegre estava tendo, caso não fossem tomadas medidas de reformas de manutenção, tanto das casas de bombas quanto das comportas. Isso não ocorreu, nós sabemos o resultado, essa catástrofe que nós tivemos no mês de maio. Quando veio essa catástrofe, o governo municipal apresentou um projeto de isenção, vejam só, de isenção do pagamento de IPTU, do Imposto Predial Territorial Urbano, por dois meses, apenas dois meses. A Câmara de Vereadores sancionou, reuniu e, por ampla maioria dos vereadores, votou um projeto de lei, na verdade votou uma emenda ao projeto de lei do Executivo que garantiu a isenção do pagamento do IPTU até 2026, até o final de 2026. Portanto, esta Câmara de Vereadores, há poucos dias, votou a isenção do pagamento de IPTU para o ano de 2024, 2025 e 2026. O governo havia proposto dois meses de isenção, e nós votamos até 2026. Pois bem, qual é a diferença desse projeto? É que esse projeto não é um projeto que prevê isenção do IPTU por ocasião do governo de turno ou da Câmara, num determinado momento ou em determinada relação de forças, porque o governo Melo teve uma sensibilidade que definiu a isenção por dois meses; a Câmara teve a sensibilidade que definiu até o final de 2026. Esse projeto não é um projeto de ocasião, é um projeto que define um princípio, define uma regra, define uma norma de funcionamento. Portanto não é um projeto ou uma emenda ao calor dos acontecimentos, ele estabelece uma regra. As empresas, as famílias que são vítimas de enchentes, que têm as suas casas, as suas residências, os seus comércios atingidos pela enchente, que são prejudicadas por uma enchente não pagam IPTU por um período de um ano. É isso que diz o projeto. É um projeto simples, claro, um projeto que estabelece uma regra, e a Câmara dos Vereadores tem que legislar. A Câmara dos Vereadores não pode ficar ao sabor dos acontecimentos e, mais do que isso, a população da cidade necessita saber, necessita ser consciente da legislação que tem. Então as pessoas, já sabendo que, diante de uma calamidade, elas não precisam pagar o IPTU, bem, elas pelo menos têm essa informação prévia, não ficam de pires na mão ou apelando ao governo de turno. Nós vimos como foi a experiência dessa sessão, porque teve vários empresários do 4º Distrito que ficaram aqui tendo que esperar um dia, dois dias para demandar da Câmara a isenção do IPTU, que era uma medida básica, absolutamente básica, absolutamente insuficiente. Porque convenhamos, diante da tragédia que nós tivemos, a isenção do pagamento do IPTU é totalmente insuficiente. Essa medida em si mesma, ela não resolve absolutamente nada, não garante nada, não garante sequer o ressarcimento mínimo das pessoas que tiveram um prejuízo enorme material e afetivo. Nós, portanto, achamos que a Câmara dos Vereadores tem que legislar garantindo o mínimo de justiça tributária, porque, quando as pessoas são vítimas de enchentes, nos casos, inclusive, que nós temos ilustrados, são vítimas de enchentes provocadas pela falta de cuidado do poder público. No caso da enchente aqui foi evidente isso. Não foi simplesmente um produto da mudança climática, não foi simplesmente um produto das chuvas, foi um produto da falta de preparação, da falta de cuidados, da ausência de reformas e de reparos nas casas de bombas e nas comportas. E por isso que foi muito certo a Câmara dos Vereadores ter votado a isenção do IPTU, mas eu acredito que isso deve ser transformado numa legislação permanente; de modo permanente, as pessoas precisam saber que quando existe um caso como esse,

de enchente, as vítimas não necessitam pagar esse imposto, é um caso mínimo de justiça tributária. Eu espero que uma parte da base do governo, que votou uma série de medidas favoráveis à população, volte a votar. Nós vimos agora, nesse projeto do Ver. Alex Fraga, que uma parte dos vereadores que votaram a favor do projeto do Ver. Alex Fraga, depois, aceitaram o veto do prefeito Sebastião Melo. O que deixa visível que uma parte dos vereadores, infelizmente, segue se curvando aos ditames do prefeito Melo, apesar do desastre que esse prefeito significa para a cidade de Porto Alegre. Eu espero que a Câmara dos Vereadores, de uma vez por todas, assuma a sua responsabilidade de legislar a favor do povo, ou, pelo menos, essa deveria ser a sua responsabilidade se nós tivéssemos uma Câmara coerente diante de propostas que, inclusive, foram encaminhadas pela ampla maioria dos vereadores como uma proposta positiva, a tal ponto que nós isentamos de IPTU até 2026 as pessoas que foram vítimas da enchente. Espero que, portanto, isso se transforme numa legislação permanente. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/23, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, é preciso esclarecer que o Município sobrevive com dois impostos básicos, que é o IPTU e o ISS. Esses dois impostos mantêm a nossa cidade, a grande maioria das despesas da nossa cidade. Na semana anterior, nós aprovamos o IPTU para os empresários que foram atingidos pelas enchentes até 2026, que, para mim, é uma renúncia de receita para uma gestão que não se sabe se será ou não do atual prefeito, enfim, foi decidido isso. Esclarecer é importante. A Prefeitura gastou, até o momento, R\$ 200 milhões com a crise climática, a Prefeitura de Porto Alegre, sendo que nós temos uma previsão de mais R\$ 200 milhões de gastos para limpeza da cidade, para acolher as pessoas, para atender as pessoas. E a previsão de entrada do governo federal é de R\$ 105 milhões, sendo R\$ 46,945 milhões para a Secretaria Municipal de Saúde; R\$ 30,913 milhões extra FPM; R\$16,6 milhões, em média, na Defesa Civil na questão da limpeza da cidade, R\$ 10,5 milhões para a Defesa Civil na parte social, e na causa animal R\$ 180 mil. Isso dá R\$ 105.199.000,00. Isso é o que nós temos, até o momento, para Porto Alegre. Os moradores precisam de ajuda para a reconstrução, sim. Estamos trabalhando com a estadia solidária, com a compra compartilhada e tantos outros emergenciais necessários e importantes, mas nós não podemos matar a galinha dos ovos de ouro, porque nós vamos ficar à mercê daqueles que falam bonito, mas não entregam nada. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 011/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, vereadores, mais uma vez a gente vem aqui falar sobre um projeto que é demagogo. Digo demagogo

porque o autor, por muitas vezes, não gosta, não quer falar bem dos empresários. É daqueles que acham que o empresário é o torturador, acha que o empresário é aquela pessoa que castiga o trabalhador. E aí nós vemos, de repente, o vereador proponente querendo que a isenção do IPTU seja automática em caso de enchente. Vejam bem, o Município trabalha, única e exclusivamente, com o ISSQN, com o IPTU e com a Taxa de Coleta de Lixo. Ponto. Aqui, esta Câmara foi muito sensível ao fazer a votação dizendo que haveria suspensão para casas – CPFs – ou para empresas – CNPJs – que foram atingidas pela enchente. E não teve nenhum problema na Câmara Municipal, bem pelo contrário, todos os vereadores se uniram e fizeram uma votação a favor da cidade, a favor daqueles que tudo perderam, sejam eles CPFs, sejam eles CNPJs. E, aqui, a Câmara tem se mostrado muito sensível a pautas que dizem respeito a nossa Porto Alegre, a capital dos gaúchos. Porém, eu não vejo tal sensibilidade nem no governo estadual e tampouco no governo federal, que assim deveria fazer. O governo estadual, através da Assembleia Legislativa, poderia neste momento também suspender o ICMS, o IPVA, o imposto de transferência de doações e heranças, mas nós não vemos isso acontecer. Tal qual o governo federal, que poderia também, neste momento de crise no Rio Grande do Sul, fazer a suspensão do PIS, Cofins e IPI, mas nós não vemos isso acontecer. Mais uma vez, vemos que tudo recai sobre o Município, sejam isenções de impostos, seja pagamento de reconstrução, seja liberação de valores ou de pagamentos pela metade. Alguma coisa está errada, senhores vereadores. Ou a gente exige tudo dos três níveis de poder — Município, Estado e Nação — ou a gente não é coerente. E a coerência é coisa que desaparece na crise, porque tem uns que têm que ganhar em cima de falácias, de teoria que não casa com a prática. E, quando a teoria não casa com a prática, ela fica muito nojenta, fica de uma forma que é demagoga, é da boca para fora, não é real, não se faz verdadeira, porque, se assim o fosse, a exigência de suspensão para qualquer enchente do Rio Grande do Sul também seria cobrada pela base governista do Lula, para o governo federal, para o governo do Estado. Não, mas tudo é o Melo. Tudo quem tem que pagar é o Melo. E corrijo aqui o vereador do PT, da extrema esquerda caviar, que diz aqui que o governo federal mandou bilhões de reais. Eu gostaria de ver esses bilhões de reais que foram encaminhados para Porto Alegre, porque o que eu sei é a previsão — previsão não significa que chegou — de R\$ 105 milhões. Ora, queridos vereadores, Porto Alegre já gastou R\$ 200 milhões em limpeza. Estão previstos mais R\$ 230 milhões em limpeza e outros. São R\$ 430 milhões. E agora, o governo federal manda apenas R\$ 105 milhões. Não passa vergonha aqui, vereador do PT, falando em bi. Para não passar vergonha. E mais do que isso, para encerrar, quero falar aqui que das 90 mil pessoas que foram cadastradas por Porto Alegre, apenas 27 mil pessoas receberam os R\$ 5,1 mil. Tem gente que está aguardando ainda o dinheiro. Façamos a nossa parte, base governista do Lula, peçam que ele traga dinheiro vivo, tire do papel, e ajude Porto Alegre e o Rio Grande do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 011/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro, vereadoras, vereadores; a gente sabe que todo vereador tem direito a discutir a matéria, encaminhar para o plenário, para esse plenário encaminhar, discutir. Isso é muito importante. E nós temos, devido a isso, deixado passar muita coisa, Bosco. Inclusive, um vereador na comissão, e aqui fica bem claro, o Ver. Alex, que é do mesmo partido do proponente, só ele votou automaticamente e veio ao plenário. Eu já disse várias vezes aqui, maioria de seis é quatro. Portanto, esta Casa é o contrário da lógica que existe. Quem passou pela Assembleia, como eu, como o Oliboni, entre outros, sabe que lá tem que ser maioria. Maioria, quatro é maioria de seis, Ferronato. Mas aqui, esta Casa é uma gandaia. Aí, quando o procurador dá um parecer desfavorável e diz aqui que é inconstitucional a lei, “Ah, o procurador não, vamos votar só com a questão política, o procurador não, não vale a pena, deixa assim, deixa o procurador, vamos atropelar o procurador”. Todavia, segundo o parecer da procuradoria, a proposição é ilegal e inconstitucional, pois a proposição traduz norma ampliativa de benefício fiscal que importe em renúncia de receita, o que atrai a incidência ao art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal". Portanto, nós deixamos e votamos muitas vezes, é verdade, aqui neste plenário, leis inconstitucionais. Aí muitas vezes o prefeito vai e veta, e nós estamos aqui brigando com o mesmo problema. Mas também, diga-se de passagem, muitas vezes o prefeito não veta para querer agradar sua base, num projeto que é inconstitucional. Claro que é um projeto bom, Ver. Robaina, mas ele é inconstitucional, o procurador disse aqui. Vamos fazer o seguinte, se não vale mais a opinião do procurador, vamos demitir os procuradores, que ganham muito bem por sinal e querem trabalhar, querem dar parecer. Quando dão parecer nós, nós atropelamos o parecer. Então, a ideia é boa, mas ela é ilegal, ela é inconstitucional como diz o procurador da Casa, e é assim que eu vou votar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL n° 011/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Diferente das colegas que defendem o governo aqui e que me antecederam, de repente, Ver. Jonas Reis, uma mulher mestre em finanças, que foi presidente da comissão de finanças desta Câmara de Vereadores, pode olhar no olho desta câmara e falar a verdade, Ver.^a Biga: o Município não se sustenta sozinho de IPTU e ISS; o Município tem transferências do Estado e tem transferências da União. E é triste ver que a narrativa acaba sendo administrada pela base do prefeito para caber na retórica que ele quer trazer aqui para a base votar "não" para esse projeto. Independentemente de ser a favor, ou não ser a favor do partido da oposição, eu acredito que a verdade e a transparência, perante as informações que são públicas, deveriam vir e deveriam ser prerrogativas dos vereadores.

Dito isso, vereadores, o que a gente não viu foi transparência. O projeto do Ver. Robaina ficou um mês com diligência e sem informação oficial da Secretaria da Fazenda, e é isso que parece que acaba acontecendo. O que a gente quer, e eu acredito que é o que o vereador proponente quer, é que os vereadores aqui saibam, a partir dessa lei, que a população não quer mais mendigar por uma isenção de IPTU onde não teve políticas públicas. A população não precisa mais lotar as galerias, porque isso vai ser um direito para eles, uma vez que o Estado não conseguiu fazer o que deveria fazer, que é garantir a proteção para essas pessoas que tiveram suas casas alagadas. Então, me parece que a gente acaba, primeiro, diminuindo a narrativa ao não considerar que a União e o governo estadual já ajudam a Prefeitura com aproximadamente 20% do orçamento cada um deles, ou seja, a Prefeitura de Porto Alegre não se sustenta sozinha, um pedaço do ICMS vem do governo estadual para a Prefeitura de Porto Alegre. Por sinal, Ver. Cassiá, com os baixos índices da educação, nós estamos tendo o ICMS reduzido. Me diz quando o secretário de Educação, o secretário da Fazenda desta Prefeitura vieram apresentar esses números. Nós estamos no quarto secretário de Educação, nossos índices não melhoram, e por isso nós perdemos dinheiro. Não, isso não acontece, mas as narrativas vêm aqui, de maneira direcionada pela Prefeitura, para atacar um projeto de lei que visa garantir uma política para aqueles impactados pelas enchentes. Então me parece que vir com narrativas simples para debater um problema complexo como esse, não cresce nem a Câmara de Vereadores, nem a Prefeitura, e a gente acaba sempre precisando de politicagem, porque nós vamos precisar encher essas galerias novamente, na próxima enchente, para que o cidadão que foi impactado tenha direito a algo que lhe é devido. Ele paga imposto, ele deve ter políticas públicas. Ele pagou imposto, não teve políticas públicas, e isso é a realidade. Então, eu votarei "sim" no projeto e eu espero que a gente consiga, na próxima vez, debater as políticas do Município, os valores do Município, que eles venham com a verdade e não com direcionamento da narrativa. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 011/23, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, é preciso prestar atenção no processo legislativo. O Ver. Cassiá não prestou!

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Cassiá, o senhor já um vereador com algum tempo de Casa, não pode vir aqui fazer uma intervenção, mas eu digo de verdade que não é verdade que o senhor disse. O procurador define que há, sim, conformidade jurídica. Leia o parecer, leia o parecer até o final. O parecer do procurador da razão, a possibilidade de a Câmara votar a favor desse projeto. O senhor não leu; é que o senhor não leu. Se o senhor...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu adoraria que o senhor pudesse usar a palavra e ler todo o parecer, porque o parecer diz, como conclusão, que a proposição apresenta conformidade jurídica parcial, conformidade jurídica parcial, Ver. Cassiá. Interpretar a lei é básico para ser vereador. Nesse caso, portanto, cabe à Câmara de Vereadores se posicionar politicamente. Juridicamente o procurador autorizou que a Câmara possa se pronunciar e votar. Isso tem muita importância; além do mais é importante que se saiba que na comissão o Ver. Tiago pediu uma diligência à Secretaria da Fazenda para saber o impacto orçamentário dessa medida. E a Secretaria da Fazenda não respondeu a diligência por mais de um mês. O que faz a Secretaria da Fazenda que não responde à diligência de um vereador? Isso é uma irresponsabilidade. Agora, quando vem uma catástrofe; empresários do 4º Distrito se mobilizam, aí a Câmara de Vereadores, acredito que inclusive com o voto do Ver. Cassiá, aprovou a isenção de IPTU até o final de 2026, até o final de 2026 - 2024, 2025 e 2026. E a proposta que eu apresento não é uma proposta que fica ao calor dos acontecimentos, à mercê das pressões, pressões legítimas, diga-se de passagem, mas pressões, pressões que às vezes fazem com que os vereadores votem sem a apreciação devida do processo. Então, essa proposta de lei é uma proposta que define uma regra, quando há catástrofe, quando há enchentes, não apenas as que atingem apenas os empresários, as famílias, os trabalhadores, o Poder Público define a isenção do pagamento do IPTU, até porque, quando as pessoas são vítimas desse tipo de catástrofe, a capacidade financeira das famílias e das empresas evapora, e o pagamento do IPTU torna-se inviável. Portanto, o Poder Público, compreendendo isso, define uma lei, essa é a proposta. Agora, se os vereadores – eu fico realmente espantado –, numa sessão, votam a isenção do pagamento por três anos, não votam uma lei que define a isenção por um ano? Claro, a autorização para que a isenção seja de mais de um ano quando ocorre uma catástrofe, e o governo encaminha um projeto, pode ser por mais de um ano, e os vereadores apresentam emenda, pode ser por mais de um ano; mas votaram isenção até 2026 e não querem votar uma legislação normal? Querem fazer o quê? Querem, em cada enchente, diante de cada catástrofe, tentar fazer política – e, às vezes, inclusive, são políticas demagógicas – para dizer que farão um favor? Não, não vão fazer favor nenhum; se essa lei for aprovada, os vereadores e vereadoras não vão fazer favor, entre aspas, diante da catástrofe, definindo: "Ah, não, nós somos sensíveis; portanto, terá um momento de isenção do IPTU". Não, será uma lei, uma lei definida pela Câmara de Vereadores refletindo; por isso que nós fizemos o projeto. Agora, eu sei que tem vereadores e vereadoras que estão, na verdade, sempre dispostos a atender os interesses do Executivo; mas eu lembro que, quando fizeram uma pressão, quando os empresários fizeram uma pressão, mudaram de ideia. Podem ter certeza: nós vamos divulgar amplamente quem votou a favor e quem votou contra para desmascarar os demagogos, para desmascarar os vereadores que se baseiam na mentira, para desmascarar os vereadores que dizem que defendem a cidadania, mas estão o tempo inteiro trabalhando

contra os interesses populares. O que se vota nesta Câmara será conhecido, e essa votação será uma votação amplamente divulgada e amplamente debatida. Muito obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, só uma questão de ordem, para responder. A questão do impacto financeiro não veio porque não há como a Secretaria da Fazenda ter uma perspectiva de quantas enchentes vai ter em um ano, quantas pessoas vão ser desabrigadas, quantas empresas, então é básico, é uma gestão orçamentária, que, provavelmente, o autor não conheça - deve ser igual ao ministro Haddad. Obrigada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, não é possível aceitar que a Comandante que não comanda nada faça manobras desse tipo e venha tentar explicar o que o governo Melo não fez, que a secretaria não fez. Eu vejo a senhora falando com essa sua autoridade, é a autoridade de quem defendeu o Jajá que depois foi preso, a secretária da educação que depois foi presa. A senhora deveria ser mais humilde, porque a senhora veio aqui cheia de livros, dizendo que aquela secretária era uma maravilha, que o senhor Jailson era uma maravilha. Seja mais humilde e reconheça aqui que a senhora não conhece sequer a legislação. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Ver. Mauro, só para dizer que o Ver. Robaina está distorcendo o que o procurador disse, inclusive está amparado por lei. Então eu acredito no procurador da Casa, e é nesse sentido que eu vou votar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 011/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, aqui é o cenário desolador que se verifica de um governo apodrecido. O líder não está aí, largaram para a vice-líder; a vice-líder veio aqui e disse que o que tinha feito da vez passada não pode o governo fazer agora no projeto, porque o projeto é da oposição. No projeto da oposição, o Ver. Robaina não pode ajudar a população; mas se o projeto é do governo aí pode ajudar a população. É, na verdade, um deboche contigo cidadão. Vocês vejam a politicagem barata, a ideologização do Orçamento da Prefeitura, o Orçamento quando é o Melo que faz, que organiza: estamos em casa, estamos legais. Quando é a oposição propondo aqui em lei para garantir, aí não. PT, PSOL, PCdoB, não. É assim que eles fazem. Cuidem bem como eles agem em ano eleitoral. Eles não estão pela população para ter legislação; até é importante lembrar, tem gente que não conhece matemática, tem uma vereadora que ela não sabe matemática. Ela vai ter que voltar para escola, até português, às vezes, sabe pouco; mas matemática... Cinco mil e cem reais foi

o que o Lula mandou, de forma irrestrita, para todo mundo, auxílio emergencial. E o prefeito Melo até agora não disse os critérios, ele não disse os critérios, ele não disse quem vai receber ou não. Mas, estes vereadores da base do Melo, que não conhecem matemática, para a matemática do tio Melo, eles não sabem nada, eles não ouvem, não veem, não enxergam... Parece aqueles três bichinhos, sabe, que tem um que tapa o olho, quando é o Melo eu não vejo, não ouço, não falo nada. São eles, esses são os vereadores da base do governo que se prestam a um papelão. Foram votados de forma independente, não se vota em vereador e prefeito na mesma chapa. Mas aí o prefeito Melo ganhou, eles estão aí apodrecidos nas casas de bombas, nas comportas destruídas, e não querem dar para vocês, vejam bem, ele faz uma ginástica aqui, o governo, para não dar isenção, por um ano só, de IPTU. É isso que eles não querem. E eles estão orientando a base. Simplesmente eles não estão a favor de você, cidadão, fique atento, você que perdeu tudo dentro da sua residência, que perdeu rodapé, assoalho, portas, aberturas, que até hoje não consegue utilizar o banheiro da sua casa de tanto lodo, porque a Prefeitura não mandou o hidrojateamento no esgoto da sua rua, e você não consegue nem despejar o seu esgoto na rua. É isso que está acontecendo no Sarandi, Vila Elisabeth, Asa Branca, é isso que está acontecendo aqui no Praia de Belas, aqui do lado. Então eles sabem que, para o povo trabalhador, o dinheiro é curto, e eles vêm aqui e fazem uma ginástica. E eu me impacte com vereadores antigos da Casa que não leram o projeto, Ver. Robaina, eu lhe ouvi atentamente, o senhor elucidou que tem vereador que não leu o projeto. Mas o que fazem os vereadores então? Se não leem os projetos, fazem o que? Tomam água, sentam nessa poltrona preta, giram para um lado e para o outro, estão no WhatsApp. Mas o que é isso?! Tem que ler, ler o projeto uma vez, duas vezes, três vezes, tem que vir aqui defender. E o que é mais triste, esta Câmara esvaziada. Não tem, não tem um vereador do MDB aqui dentro, da base do governo. O partido do prefeito não está nem aí, não está aqui o Pablo nem a Lourdes e nem o terceiro que eu não sei quem é, que agora é um troca-troca. Cadê o Cecchim? Alguém sabe do Cecchim? Oh, Cecchim, se está nos ouvindo aí em algum lugar apareça, venha até aqui para a Câmara orientar a base, explicar o porquê não tem dinheiro para os atingidos da enchente, do IPTU. Eu não poderia deixar de dizer que a líder do governo veio aqui e falou o seguinte: "Já gastamos R\$ 200 milhões da Prefeitura, R\$ 200 milhões". Mas custava R\$ 150 milhões para fazer as obras aqui de manutenção. Já passou R\$ 50 milhões de gasto com o problema do alagamento, da destruição da cidade pela falta de manutenção do sistema que iria prevenir a cidade das cheias. Já se gastou mais de R\$ 50 milhões e não tem vergonha de dizer que já gastaram R\$ 200 milhões. Custava R\$ 150 milhões lá no DEP, no processo SEI que não quiseram dar andamento. Então, para concluir, meu Presidente, eu fico triste, eu estou triste, Ver.^a Cláudia Araújo, com a sua liderança e com a sua fala.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Bom, como Presidente vota, vou justificar já meu voto adiantado aqui, Ver. Robaina. Na minha opinião, o senhor deveria aguardar o projeto que foi votado aqui na Câmara sobre IPTU. Seu projeto é muito similar ao projeto que nós aprovamos através de emendas. Nós estamos quase votando o

mesmo com algumas pequenas modificações. Então, como já existe o projeto que fala sobre a enchente, eu votarei contrário. Inclusive, talvez fosse melhor o senhor retirar da priorização e esperar o andamento do que nós votamos anteriormente, até para a gente poder saber se governo vai sancionar, se não vai, como vai sancionar. Mas, se for votado hoje, eu votarei contrário.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Fica registrada a intenção do voto favorável da Ver.^a Biga.

Em votação o PLCL nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Só para lembrar os vereadores de que precisava maioria absoluta, necessitavam-se de 19 votos para aprovar o projeto.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 046/23 por duas sessões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 015/24 por duas sessões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 066/24 – (Proc. nº 0331/24 – Ver. Moisés Maluco do Bem) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Dragagem e Mineração do Lago Guaíba.
(SEI 036.00059/2024-58)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 066/24](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, povo que nos assiste, eu não tenho nada contra a formação de frentes parlamentares. Via de regra, votei, que eu lembre, a favor de todas até agora. Mas há questões que nós devemos salientar para que saibamos exatamente o que estamos votando. Eu tenho participado, Ver. Adeli Sell, de diversos grupos que estudam a questão do rio Guaíba. E essa é a primeira questão, é o rio Guaíba. Ele não tem movimentação por vento, como tem os lagos, ele tem movimentação de rio. Vai para a Lagoa dos Patos, que vai para o canal São Lourenço, que vai para o mar. Ele não é um lago, ele sempre foi um rio. Por que a ideia de lago surgiu ultimamente? Porque a legislação, o Ver. Bosco conhece bem isso, a legislação de Plano Diretor e as novas legislações nessa área determinam que, para lagos, as construções podem começar a 30 metros do espelho d'água; para rios, a 500 metros. Vejam a diferença e vejam os interesses de mudar de rio para lago. O Guaíba é rio e sempre foi rio. E só é lago para quem quer construir do lado, só é lago para quem tem interesse imobiliário, especulativo, Ver. Gimenis. É isso. Eu não sou contra a formação de frente, e nem é essa a discussão aqui, Ver. Cassiá, há uma discussão na justiça sobre isso. E eu tenho participado de seminário sobre o tema, aprendi bastante e não quero colocar aqui, porque não é esse o debate. Eu só queria justificar - até porque sou amigo do Ver. Moisés, do Ver. Ferronato - por que votarei contra essa frente, porque ela é sobre algo que não existe, sobre lago, e é um rio, é o rio Guaíba. E eu não vou fazer uma frente parlamentar para estudar o lago Guaíba, que não existe. É algo estranho a Porto Alegre, é algo estranho que nós sabemos porque ocorre e é algo que pode ser, não é o caso do Ver. Barboza, não é, mas em outros casos, pode ser a ideia de consolidar a ideia de lago, que é uma ideia falsa que engana a população e traz lucro a empreiteiras. Não vão contar comigo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu estou encaminhando aí para dizer que concordo na íntegra com as manifestações do Ver. Pedro Ruas. Essa história de lago, vereador, está muito mal contada. Por quê? Porque o rio Guaíba recebe águas de afluentes lá de cima e leva as águas para a Lagoa dos Patos. Ele tem o seu caminho, é nitidamente rio, e essa ideia foi para manter os 30 metros, sim. E eu quero aproveitar que apresentamos, e com votação favorável, aquela proposta ali no estaleiro, de preservar 60 metros de orla, e aquilo foi aprovado pela Câmara e ficou show de bola. Ali, no estaleiro, nós temos 60 metros de orla preservada, com acesso universal. Portanto, essa do lago não está muito bem contada não.

Mas eu vou falar também um pouco sobre a proposta, e estou falando sobre ela, da dragagem e mineração do Guaíba. Vão ter que tirar o lago daí. Até vou votar favorável em homenagem ao nosso querido Ver. Moisés, mas que se mude esse nome. E já escrevi sobre isso, já estudei bastante sobre isso. É preciso dragagem imediata. Não

adianta ser do Guaíba, Ver. Pedro, precisamos começar a dragar pelo Rio das Antas, o Rio Forqueta, um ali em Fontoura Xavier, ou Antas, ali em cima, o Taquari, o Gravataí, o Sinos, o Caí, o Jacuí. Nós temos que dragar todos esses rios, porque vejam o desespero que estamos hoje: choveu um dia e já está todo mundo assustado, por quê? Porque todo o sistema está assoreado, Ver. Cassiá. É preciso dragagem. E eu quero aqui dizer que não sou contra, não, à concessão para retirada de areia dos areiros. Acho que alguma coisa precisa ser feita. Nos rios que chegam aqui, seus afluentes, é preciso dragar o Guaíba, a Lagoa dos Patos e a foz lá dos Molhes do Rio Grande. Temos que aprofundar a capacidade desses rios, porque hoje, se chove um pouco mais, causa um desespero geral na nossa população, principalmente de Porto Alegre, que é onde chegam as águas desses cinco grandes rios e os seus afluentes. A dragagem é fundamental, necessária, urgente, de todo o sistema. Quanto tempo vai demorar para fazer isso? Eu não sei. Quantos milhões de reais vai custar? Também não sei. E a incumbência, competência da dragagem é do governo estadual. Por isso que eu acredito que essa frente estaria melhor colocada e posicionada se fosse uma frente encaminhada e encabeçada pelos deputados estaduais. Aquele abraço e obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Sobre a frente parlamentar, sou a favor da frente parlamentar, sou a favor do desassoreamento dos nossos rios. Há décadas que não se faz a correta manutenção aqui do delta dos rios que chegam até Guaíba. E eu queria responder uma pergunta aqui muito colocada e uma afirmação muito colocada: o Guaíba é um rio ou um lago? E a resposta é "depende". Depende! E depende da distância dentro do leito de escoamento da água. E nós temos aqui uma foto, são várias fotos na verdade, qualquer um pode colocar no Google. Coloquem assim no Google: "batimetria Guaíba". Batimetria é aquela profundidade, medidas da superfície até o fundo do Guaíba. Existem algumas imagens que mostram o quanto é profundo em cada local, qual é o relevo do Guaíba dentro do seu percurso. E dá pra ver que existem algumas regiões com uma cor mais escura, ou seja têm uma maior profundidade, e umas com cor mais clara, ou seja têm uma menor profundidade. E, tipicamente, nesses locais onde tem maior profundidade é onde a água escoar. E qual é a principal característica de um rio? A principal característica de um rio é que ele se desloca, ele sai de uma região mais elevada e vai pra uma região menos elevada. Ele faz esse deslocamento, ele tem a característica de deslocamento por um curso. E nesses trechos mais escuros é onde o Guaíba tem característica de rio, porque ele se desloca como um rio; mas nas margens, que hoje já se encontram muito assoreadas, nós temos áreas claras no mapa, nesse mapa de batimetria, que demonstram que nesses locais as águas são mais calmas. E quem teve a oportunidade de pegar um barquinho e ajudar as pessoas ali em Guaíba, em Eldorado, percebeu muito isso, que há locais onde a água se desloca com muita violência e há locais em que ela forma como se fosse uma lagoa. Então, o Guaíba é um rio ou um lago? Depende. Naquele

local que está se avaliando ele tem deslocamento de rio ou como se fosse congelamento ou estagnação de lago? Por isso que o Guaíba pode ser qualquer um dos dois, dependendo de qual posição que a gente está avaliando. Por que é que a esquerda fala que é rio? Não é por causa das características técnicas, é porque como ela é contra o empreendimento, como ela é contra a evolução da cidade, falar que é rio diminui a distância que se pode construir às margens do Guaíba. Daí eu pergunto: ao longo de toda orla, aquela parte ali que nós observamos a água se projetar sobre as margens com um deslocamento calmo, aquilo tem mais característica de rio ou de lago? Calmo é lago. Então essa região mais costeira, tipicamente, é mais parecida com lago. Então, aqui, junto à nossa costa, nós temos o lago Guaíba. Lá no meio do Guaíba, onde a água circula, vem lá dos rios lá de cima, Jacuí, Taquari, Rio dos Sinos e muitos outros que se somam e chegam aqui em Porto Alegre e vão pelo meio do curso d'água, em direção à Lagoa dos Patos, ali, sim, é um rio. E não tem por que afetar as construções de Porto Alegre, porque junto às margens, onde a água é calma, ele se parece mais com o lago. Então, essa narrativa de que o rio Guaíba é um rio, e que isso deveria impedir as construções, é falsa, porque o rio não está aqui; o rio se encontra mais ao centro do curso d'água. E, sim, é muito importante vocês votarem a favor da criação dessa frente parlamentar, porque o Município de Porto Alegre não pode legislar sobre córregos, sobre água, porque isso é uma atribuição do governo do Estado. Porém, a cidade de Porto Alegre pode manifestar as suas intenções em relação à água que passa pela sua cidade, levando essas manifestações legítimas para o governo do Estado. E, sim, uma frente parlamentar pode ser um local adequado para que nós compilemos informações para discutir sobre isso. Quanto à questão da dragagem e do assoreamento, ao longo de centenas de anos, essa terra está descendo lá do Taquari, do Jacuí, do rio dos Sinos, vem vindo e se acumulando aqui nas nossas Ilhas. Vocês podem observar — nesse final de semana, eu passei ali pelas Ilhas —, vejam tipicamente quais são as árvores que estão junto às Ilhas; não são as mesmas árvores que nós temos aqui na cidade. Por quê? Nós temos lá muito mais formações de arbustos, porque aquele terreno é formado por terra que foi trazida ao longo de milênios para cá, não tem a mesma compactação de uma terra como nós temos, por exemplo, no Marinha do Brasil ou mesmo na Redenção. Então, pelo fato dessa terra não ter a mesma compactação, ela tem uma característica diferente, e as árvores que crescem ali são diferentes, por isso a importância da frente parlamentar. Eu votarei a favor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, colegas, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Ver. Moisés por essa frente parlamentar tão importante que vai falar sobre dragagem e mineração aqui no nosso Guaíba. O Guaíba que recebe a água de vários afluentes, do Jacuí, do Forqueta, do Taquari, enfim, e de tantos outros que acabam enchendo por conta do volume alto de chuvas e acabam desovando aqui no nosso Guaíba tão querido, deixando problemas na nossa cidade. Quero

ler para vocês algumas informações: "Alagamentos obstruem as estradas. Voos são suspensos. Escolas afetadas. Pessoas desabrigadas. Estado de emergência faz com que pessoas tenham que levar ajuda imediatamente a moradores. Moradores resgatados. Transbordamento de rio, inundações catastróficas. Alimentos são distribuídos de barco para os moradores isolados." Todas essas informações são referentes ao sul da Flórida, que sofre com fortes chuvas e inundações. Também são referentes ao sul da Alemanha, que sofre com a pior enchente em 30 anos. E também, que declaram estado de emergência duas cidades que possuem na sua estrutura o melhor do primeiro mundo. E aqui em Porto Alegre não é muito diferente, da mesma forma fomos atingidos por um volume maximizado de água da chuva que fez com que vários moradores tivessem que sair de casa, muitas pessoas foram resgatadas, muitos bairros foram aniquilados. E é isso que eu falo, quando nós não conversamos sobre o problema, e o problema está também na dragagem, está também no desassoreamento. Esse desassoreamento que ao longo dos anos não foi permitido por governos, por partidos que entendem que desassorear não é cuidar do meio ambiente. Desassorear é necessário, de outra forma não teremos como conter novas inundações. Fazer a dragagem é necessário, mas é importante que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – converse com a SMAMUS, converse com a Fepam. Conversem os órgãos para que os municípios não sofram. Porque essa é uma decisão muito mais estadual e federal do que municipal. Porque eu tenho visto ao longo desses dias, e por anos que se passaram, o Sindareia-RS, sindicato dos comerciantes de areia, colocando-se à disposição para recolhimento daquela areia que é tirada do fundo do Guaíba, mas eles são proibidos de fazê-lo, porque a Fepam não autoriza. E quando se tem um gasto no desassoreamento e essa areia é colocada ao lado do nosso Guaíba, na primeira chuva, o dinheiro vai embora, a areia retorna ao Guaíba. Ou seja, é uma sucessão de erros e uma sucessão de empilhamento de gelo, que não dá em nada. Então, essa frente parlamentar, mesmo que não estando em um órgão que vá fazer a definição, somos nós, vereadores de Porto Alegre, que recebemos as angústias de vários milhares de porto-alegrenses que clamam por auxílio. E conversar, fazer esse debate maduro, um debate honesto, um debate que, realmente, vá encontrar soluções e levá-las às instâncias que assim vão definir se pode acontecer o desassoreamento, se vamos fazer uma dragagem real, é mais do que necessário na capital dos gaúchos.

Então, Ver. Moisés, receba os parabéns desta vereadora, que vai dizer "sim" para sua frente parlamentar, e mais do que isso, farei parte dessa frente parlamentar para que a gente possa encontrar soluções plausíveis, mas que todos os entes federados possam estar também dessa vez unidos para uma Porto Alegre mais segura, com proteção e desenvolvida, tanto econômica quanto em questões da assistência social. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço aos colegas do bloco de oposição, portanto, vereadores das bancadas

do PT, do PCdoB e aos meus colegas do PSOL, por poder me manifestar em nome da liderança de oposição, neste momento. Eu não vou tecer grandes comentários com respeito à divergência técnica que existe em relação à classificação do nosso Guaíba como lago ou rio. Existe um debate acadêmico que é feito há muitos anos e, provavelmente, talvez nunca se esgote, porque existem visões de mundo diferentes. É claro que, para um professor de biologia, quanto mais preservada a natureza melhor. Portanto, eu me adequo, dentro da minha visão de mundo, à classificação de rio, já que, na região central desse corpo d'água, há uma grande corrente, e a correnteza é um dos fatores pontuais para classificação como rio. Mas o que se está debatendo aqui, a criação de uma frente parlamentar para remoção e mineração de areia do leito do Guaíba, é algo que transcende a atividade pura e simplesmente política. Existem alguns aspectos técnicos que precisam ser avaliados. Primeiro deles, o impacto sobre a fauna, os peixes que vivem nessa região. Nós temos comunidades de pescadores que podem ser duramente impactadas por atividades de mineração, e, portanto, um impacto social significativo que precisa ser levado em consideração. A atividade de desassoreamento e remoção de areia pode ter alguns benefícios para nossa sociedade. O Ver. Pedro Ruas é um, desde a década de 1980, se não me falha a memória, proponente da lei de Porto Alegre que determina critérios para o transporte hidroviário em nossa cidade, e para que ele aconteça, uma solução muito mais barata, rápida e eficaz para o transporte público de pessoas, ele precisa, para sair do papel, de análise da profundidade do calado existente que possibilite o trânsito de barcos, estações de embarque e desembarque. Portanto, é necessário, sim, fazer o debate deste assunto. Porém, senhoras e senhores, de forma atrapalhada talvez, alguns debates dentro de uma casa política sejam atravessados. Eu tenho dificuldade em perceber alguma vantagem da retirada de areia para contenção das cheias. Isso vai acabar com o assoreamento? Vai preservar matas ciliares? Isso vai preservar o solo nas regiões costeiras do Guaíba? Creio que esse assunto não vai ser permeado dentro da frente parlamentar, que vai se restringir a dizer se pode ou não tirar a areia do Guaíba. Agora, se nós diminuirmos a profundidade do Guaíba, a água que vem dos rios vai demorar um tempo para completar a sua cota atual, que vai voltar ao mesmo patamar do que é considerado a normalidade do Guaíba. Isso acontece por conta de uma ação chamada gravidade, que traz a água dos rios até o Guaíba. Se nós temos um estreitamento no sul do Guaíba, na divisa com a Lagoa dos Patos, e não for feita uma atuação nessa região, o escoamento vai continuar sendo prejudicado. Portanto, é um debate inócuo para chegar a um possível objetivo, que é evitar novas cheias no Município de Porto Alegre. E digo mais, diminuir o leito do rio, será que não vai afetar os pontos de coleta de água das estações de bombeamento do DMAE? Isso pode ter um impacto também na água que a gente bebe - eu tenho muito receio. Há debates atravessados, toscos, feitos em uma casa política e sem a devida atenção técnica, porque há pouco tempo ouvi uma solução mágica de cavar canais na planície costeira, comunicando a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico. Os especialistas do IPH que eu ouvi se manifestarem disseram que isso é o caos, porque o vento sul não apenas vai empurrar a água do canal de Rio Grande para dentro da lagoa, mas por todos esses atalhos construídos artificialmente pela mão humana, inclusive

podendo haver salinização das águas do Guaíba, de onde retiramos água para tratamento e abastecimento da nossa cidade; portanto, tenho muito receio que o viés político contamine um debate que tem que ser essencialmente técnico; portanto, tenho receio na aprovação dessa frente parlamentar. Muito obrigado.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, antes de seguir o debate só queria um esclarecimento, não sei se é da liderança do governo, uma informação sobre a agenda do vice-prefeito. Evidentemente que a agenda do vice-prefeito, quando o vice-prefeito faz viagens internacionais não é necessário aprovar na Câmara. Isso é o caso do prefeito, mas o vice-prefeito Ricardo Gomes, estou informado que viaja hoje para Miami e Washington para apresentar o programa de reconstrução da cidade de Porto Alegre. Eu fiquei muito inquieto, porque eu não tenho visto ainda a apresentação real desse plano de reconstrução na própria cidade de Porto Alegre. Nós estivemos juntos no Sarandi, e nem o prefeito, nem o vice-prefeito estiveram para apresentar o plano de reconstrução; e aí vai apresentar o plano de reconstrução em Miami, em Washington? Vai vender algum projeto para Miami e Washington o vice-prefeito?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A viagem do vice-prefeito foi apregoada na última sessão, então exatamente eu não sei.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O programa do vice-prefeito em Washington e em Miami o senhor não conhece?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, não, a viagem do vice-prefeito foi apregoada na quarta-feira.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Foi informada para a Câmara na quarta-feira.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Foi apregoada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A viagem seria hoje, no caso?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Isso.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Uma semana em Miami e Washington para apresentar o programa de reconstrução de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Exatamente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Ok, obrigado, Presidente.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, só para acrescentar para o Robaina, porque ele está preocupado: o vice-prefeito, com o seu cargo, vai buscar recursos para melhorar a situação em Porto Alegre, vai pleitear recursos lá. É lá que está o dinheiro, e o juro é baixo; e aqui o governo federal não está dando nada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Estimado Presidente Mauro Pinheiro, estimados vereadores e vereadoras, especialmente o pagador de impostos que nos acompanha pela TVCâmara, eu quero parabenizar o colega Moisés Barboza pela proposição dessa frente parlamentar. Primeiro, porque ele é alguém que é ligado ao setor, digamos assim, ambiental, de ESG, na sua carreira, também porque ele já tem a lei da questão fluvial em Porto Alegre, já tem uma trajetória; mas, principalmente, eu o parabeno porque eu me coaduno a essa tese de que a dragagem do lago, do rio, do estuário – e aí não faço um cavalo de batalha nisso –, que a dragagem do Guaíba é algo peremptório, é algo fulcral, importantíssimo, e que não se pode prorrogar, sob pena de que, quando vierem volumes maiores de chuva não só aqui na região da Capital, mas pelo Jacuí, Vale do Rio Pardo, Paranhana, Sinos, Gravataí, nós tenhamos novas enchentes. E existe uma espécie de *fake news* ou meia verdade, que, inclusive, outro dia, a Fepam postou no *site* do Estado que a dragagem emergencial não estaria proibida. O que está proibida, ou proibido, é a dragagem comercial, e que aí seria uma ONG que entrou na justiça, uma liminar de desembargador desses ou juiz que não teria a ver com a Fepam, que muitas vezes é colocada à Fepam, a questão da fundação aí que cuida do meio ambiente do Estado. Mas fato é que a Fepam só libera a dragagem emergencial, trocando em miúdos, para você tirar do rio e botar do lado. Aí volta a chover, aquele lodo, aquela areia, aquele barro volta todo para dentro do rio. Nós precisamos de uma dragagem onde se possa retirar a areia e levar adiante. Olha, por exemplo, o incentivo que seria ao setor de construção civil, não só aqui em Porto Alegre, mas em toda região, com toda essa areia; ou exporta ela para outros estados. Mas essa dragagem emergencial, ser feita para colocar do lado do rio, ou mais para dentro, ou mais para fora, não faz sentido. E eu acredito que é possível fazer essa dragagem, não falo, evidentemente, como um especialista, mas como um político, um comunicador de televisão que graças a Deus lê bastante, se informa, se inteira, mas como alguém que entende que é possível fazer a dragagem sem agredir o meio ambiente. Afinal de contas, se exige a dragagem ou desassoreamento de arroios, de riachos, e são importantes, por que não o do Guaíba? Porque, repito, nós não temos mais a mesma profundidade do Guaíba, quiçá do começo do ano. Depois da enxurrada, bancos de areia apareceram entre Porto Alegre e Eldorado do Sul, através do Guaíba. Então, eu quero, novamente parabenizar essa iniciativa porque eu entendo que é urgente, urgentíssimo dragarmos o Guaíba, aumentarmos o calado, a profundidade, sob o risco das suas encostas virarem rampas para água invadir novamente a cidade. Nós já não temos muito fôlego agora, vemos empresas patinando, vemos o

Pronampe travado, inclusive um empreendedor do Mercado Público me falou que travaram, para ele e para o irmão dele, o Pronampe. Então nós precisamos atuar proativamente, vamos dragar o rio, vamos aumentar a profundidade, vamos ajudar a proteger Porto Alegre, e que essa frente parlamentar - e o Novo encaminha "sim" -, possa fazer a devida pressão política. Parabenizo novamente o colega Ver. Moisés. Obrigado, Presidente.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 066/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós vamos votar a favor da frente parlamentar, porque nós somos a favor, sempre, das frentes parlamentares. Cada vereador tem a sua decisão. Agora, tem uma coisa engraçada nisso. Eles querem falar que o problema é a areia que está dentro do Guaíba. Todo mundo que conhece um pouquinho de biologia lembra que o Guaíba tem um metro de lodo. Tem um metro de lodo. Tinha um metro de lodo. E aí eles dizem que a grande solução não são as casas de bombas, e que o governo Marchezan perdeu R\$ 124 milhões que era para fazer a manutenção do sistema de prevenção contra cheias. Ah, contra; a turma toda do governo Melo estava com eles, os cinco vereadores da época, do MDB, estavam com o Marchezan. Eles estavam lá mergulhados, e aí agora eles dizem que o problema é a areia: "Oh, o Guaíba está cheio de areia, tira areia e está resolvido..." Querem enganar a população. Não é este o problema. Qualquer pessoa que conhece o meio ambiente sabe que diante das chuvas vem sim areia, vem sim dejetos orgânicos. Mas também vão indo. Eles vão indo. Claro que alguma areia tem ali, porque na época tirava-se areia, porque vinham grandes embarcações até o porto da nossa cidade, que há muito tempo está desativado. Mas eles não falam aqui, não cobram, do desassoreamento dos 18 arroios da capital. O arroio lá do Salso; Ponta Grossa; a Rua Dorival Castilhos que alagou, está alagada até agora, alaga a Ponta Grossa; o Túnel Verde; Serraria; Restinga; Hípica, lá não passam as máquinas da Prefeitura. Eles não cobram, não falam nada de desassorear. Ali no Dilúvio que fizeram uma obra sem-vergonha, derrubaram os taludes, eles não cobram que a Prefeitura multe a empresa que fez um serviço irresponsável, perfurou um metro abaixo da terra, caíram os taludes. Mas que burrice! Quem é que fez isso? Pelo amor de Deus, me identifique. Não pode ter técnico lá. Disso, eles não falam aqui. O Manecão, eles não falam; o arroio Cedro, na Cavalhada, eles não falam. Não! O Guabiroba, eles não falam. Não! Tudo bem lá, Cavalhada, a Rua Arroio Grande lá pode continuar alagando como está lá. O pessoal está abandonado, nem a assistência social aparece lá. Aí tem um cara lá que não sei o que é do CRIP - Centro de Relações Institucionais e Participativas – da subprefeitura, que é candidato a vereador, que se anunciou agora no WhatsApp. Até eu recebi um WhatsApp dele dizendo: "Eu sou pré-candidato a vereador." Eu respondi a ele: "Parabéns! Passe bem, meu querido." Pelo amor

de Deus! Do arroio ele não tirou a areia até agora, está lá o arroio, que a rua vira arroio quando chove, e o cara quer ser candidato a vereador, Ver. Adeli. Se o arroio da região dele, ele não conseguiu limpar, os 18 arroios, eles não limpam. O Jessé Sangalli é um que só anda no Dilúvio, ele só anda ali na volta do Dilúvio, os outros 18 arroios, o Feijó ele não fala nada que está lá cheio de areia na Zona Norte. É que ele não conhece os arroios da capital. O arroio Areia que alagou o Condomínio Plínio Brasil Milano em janeiro, eles não falam aqui para desassorear. Agora, eles falam do Guaíba, porque todo mundo fala do Guaíba, então vamos falar do Guaíba. E, durante três anos e meio, eles não cobraram deste prefeito irresponsável o desassoreamento desses arroios. Se tivessem desassoreado o Salso, não tinha alagado a rua Dorival Castilhos Machado. Se tivessem feito um licenciamento sério dos condomínios que foram construídos na Zona Sul da capital, hoje, não estava impermeabilizada toda a região Vila Nova, Cavahada. O Jardim Vila Nova está impermeabilizado, não tem mais cobertura vegetal, não tem onde a água penetrar para ir para o subsolo, vai direto para as avenidas e transbordam os arroios que estão cheios de areia, mas aí eles dizem que o problema é a areia que vem da serra: "Tu vês, esse Taquari, esse Jacuí com tanta areia, tanto dejetos, esse Sinos". Pelo amor de Deus, a quem vocês acham que enganam? Nós queremos saber sobre esses 18 arroios da capital que não recebem o serviço da Prefeitura; tem R\$ 430 milhões apodrecendo no caixa do DMAE e que seriam para liberar esses arroios. Teria evitado um monte de enchente em várias regiões da capital. Cobrem da turminha do bem-bom, do estado mínimo – que queria sucatear o DMAE para vender, para privatizar a preço de banana –, que não fez a obra de manutenção em três comportas e nas nove casas de bombas que colapsaram totalmente por falta de manutenção. Tem muitas pessoas que não sabem, mas na própria casa de bombas tem uma comporta interna que estava sem manutenção, por isso a água voltou, que é o caso da casa de bombas que fica aqui do lado do Tribunal de Contas do Estado, foi uma dobradiça, Ver. Bosco, o Melo não conseguiu trocar uma dobradiça. Dobradiça! Se ele fizer o curso do Senai, ele chega lá, é uma boa ideia, vou fazer essa indicação para ele. Mas quero dizer o seguinte: o maior problema de Porto Alegre, hoje – para completar –, não é o Guaíba! Vamos botar draga no Guaíba, vamos ver se resolve! São os 18 arroios da capital que estão lotados de areia!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 066/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, conforme acordo com a oposição e a liderança do governo, nós vamos votar sem encaminhamento à moção, sem discussão. Votação simbólica; quem quiser votar contra vota, quem quiser votar a favor vota. E, depois, queremos verificação de quórum, após a votação.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 051/24 – (Proc. nº 0252/24 – Ver. Giovani Culau e Coletivo) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio à “valorização dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS”. (SEI 234.00035/2024-62)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 051/24. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**, 2 votos **NÃO**.

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h03min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *